

### MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSI**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**GEORGE MELO**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Flamarion Portela  
Deputado Jalsler Renier  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Chicão da Silveira  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Remídio Monai

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Flamarion Portela  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Ivo Som

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Jânio Xingú  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Soldado Sampaio

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Ângela Águia Portella  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Cabral

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Coronel Chagas

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputada Ângela Águia Portella  
Deputado Joaquim Ruiz

#### Suplentes:

1º - Deputado George Melo  
2º - Deputado Célio Wanderley

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Chicão da Silveira

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado George Melo  
Deputado Jean Frank  
Deputado Ivo Som

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputada Ângela Águia Portella

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Jânio Xingú  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Dhiego Coelho

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado George Melo  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Flamarion Portela

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Ivo Som  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputado Remídio Monai

## Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 216 a 221/2013 2

## Atos Legislativos

Projeto de Lei nº 023/2013 3

Projeto de Lei nº 024/2013 3

Ata da 2202ª Sessão Ordinária - Sucinta 3

Ata da 2192ª Sessão Ordinária - Íntegra 5

Ata de Reunião da Comissão Especial Externa -  
Resolução nº 003/2013 (Arguição da Sra. Rosirayna) 14

SUMÁRIO

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h.

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

EXPEDIENTE

### GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
Telefone: (95) 3623-6665

NIURA CARDOSO DE SOUZA  
Diretora Administrativa

JOÃO PAULO DE CARVALHO SILVA  
Diagramação

## ATOS ADMINISTRATIVOS

### RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS

#### RESOLUÇÃO Nº 216/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

#### RESOLVE

**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **FRANCISCO RODRIGUES DE SOUSA**, Matrícula **012582**, para viajar com destino aos municípios de Caroebe, São Luiz do Anauá e Rorainópolis, no período de 08.05 a 11.05.2013, com a finalidade de participar das Oficinas de Assessoramento Técnico Legislativo que se realizará naqueles municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de maio de 2013

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

#### RESOLUÇÃO Nº 217/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

#### RESOLVE

**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **ANDRÉ PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, Matrícula **012332**, **FRANCIVALDO DE SOUZA LIMA**, Matrícula **011069**, **JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES SILVA**, Matrícula **001913**, **JOÃO DE CARVALHO**, Matrícula **000077**, **ALDENICE JOSEFA DE MELO COUTINHO**, Matrícula **000005**, **MÁRCIA BRITO WANDERLEY**, Matrícula **000068** e **OZINEIDE DA SILVA**

**PEREIRA**, Matrícula **012513**, para viajarem com destino aos municípios de Caroebe, São Luiz do Anauá e Rorainópolis, no período de 08.05 a 11.05.2013, com a finalidade de participarem das Oficinas de Assessoramento Técnico Legislativo que se realizarão naqueles municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de maio de 2013

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

#### RESOLUÇÃO Nº 218/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

#### RESOLVE

**AUTORIZAR** o afastamento das servidoras **LUCINEIDE COUTINHO DE QUEIROZ**, Matrícula **000019** e **MARA CRISTINA EDUARDO XAVIER**, Matrícula **000014**, para viajarem com destino a cidade de Recife-PE, no período de 20.05 a 24.05.2013, com a finalidade de participarem de da XVII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de maio de 2013

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

#### RESOLUÇÃO Nº 219/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

#### RESOLVE

**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **GERSON CHAGAS**, para viajar com destino a cidade de Recife-PE, no período de 21.05 a 26.05.2013, com a finalidade de participar da XVII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de maio de 2013

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

#### RESOLUÇÃO Nº 220/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

#### RESOLVE

**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **ELENILTON CARVALHO MACHADO**, Matrícula **011947**, para viajar com destino aos municípios de Caroebe, São Luiz do Anauá e Rorainópolis, no período de 09.05 a 11.05.2013, com a finalidade de acompanhar as Oficinas de Assessoramento Técnico Legislativo que se realizarão naqueles municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de maio de 2013

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

#### RESOLUÇÃO Nº 221/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

#### RESOLVE

**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **LUIZ GOMES DA SILVA**, Matrícula **009200**, para viajar com destino ao município de Normandia, no dia de 09.05.2013, com a finalidade de conduzir a equipe que participará do Evento Caravana do Norte Contra o Trabalho Infantil, que se realizará naquele, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de maio de 2013

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**  
Presidente

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

## ATOS LEGISLATIVOS

### PROJETOS DE LEIS

#### PROJETO DE LEI Nº 023 DE 30 DE ABRIL DE 2013.

“Altera o Quadro de Distribuição de Efetivo da Polícia Militar do Estado de Roraima - QDE, constante da Lei nº 345, de 27 de setembro de 2002 e revoga as Leis nº 466, de 10 de novembro de 2004; 566, de 21 de novembro de 2006; 624, de 21 de dezembro de 2007; e 741, de 22 de setembro de 2009.”

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 30 de abril de 2013.

**FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES**

Governador do Estado de Roraima, em exercício

\* Projeto encaminhado através da MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 026 DE 30 DE ABRIL DE 2013, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 2024, de 03/05/2013

#### GABINETE DO DEPUTADO GABRIEL PICANÇO

##### PROJETO DE LEI Nº 024/13.

Altera a Lei nº 444, de 07 de junho de 2004, e dá outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 444, de 07 de junho de 2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** O servidor público estadual ativo ou inativo da Administração Direta e Indireta receberá o 13º (décimo terceiro) salário anualmente e, em sua totalidade, no mês de seu aniversário. (NR)

**Art. 2º** O benefício de que trata esta Lei deve ser requerido pelo servidor com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária do Órgão, Poder ou Instituição em que o servidor faça parte de seu quadro.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de maio de 2013.

**GABRIEL PICANÇO**

Deputado Estadual

## ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

### ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA DUCENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUINTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia sete de maio de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo quinto Período Legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas, declarou aberta a Sessão, convidando os Senhores Deputados Marcelo

Natanael para atuar como Primeiro Ad hoc. Em seguida, solicitou ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Marcelo Natanael, proceder à leitura do Expediente. RECEBIDOS DOS DEPUTADOS: Ofício nº 014/13, de 02/05/13, do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência na Sessão plenária do dia 25/04/13. Ofício nº 012/13, de 02/05/13, do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 02/05/13. Memorando nº 027/13, de 02/05/13, do Deputado Brito Bezerra, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 30/04/13. Memorando nº 026/13, de 02/05/13, do Deputado Marcelo Natanael, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 02/05/13. Projeto de Lei s/n/13, de 03/05/13, do Deputado Gabriel Picanço, que altera a Lei nº 444, de 07 de junho de 2004, e dá outras providências. Indicação s/n/13, de 03/05/13, da Deputada Aurelina Medeiros, sobre recuperação urgente de Escolas da Rede Estadual de ensino: Escola José Aurelino, Município de Cantá; Escola Antônio Augusto Martins, Município de Cantá; Escola Genira Brito, Município de Cantá e Escola José Monticone, Município de Mucajaí. Indicação s/n/13, de 03/05/13, da Deputada Aurelina Medeiros, que institui projeto para recuperação de pontes de madeira, em caráter de urgência, em decorrência do início do inverno. Requerimento nº 001/13, de 02/05/13, da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 009/13, alterada pela Resolução nº 016/13, requerendo prazo por igual período desta Comissão Especial. Requerimento nº 01/13, de 30/04/13, da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 010/13, requerendo prorrogação de prazo por igual período. RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO: Mensagem Governamental de 30/04/2013, encaminhando o Projeto de Lei que “Altera o quadro de Distribuição de Efetivo da Polícia Militar do Estado de Roraima”. GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado Joaquim Ruiz iniciou solicitando à Secretária de Educação, a criação de uma comissão, em caráter de emergência, para verificar in loco a situação das escolas da rede pública do Estado, que estão passando por sérios problemas. Prosseguindo, reportou-se às ONGs nacionais e internacionais dizendo que elas fazem discursos fantásticos para a imprensa sobre a demarcação das áreas indígenas, todavia, não observam o abandono a que está submetido um dos maiores patrimônios culturais e históricos do Estado, a Fazenda São Marcos. Continuando, informou que quando as cachoeiras do Bem-Querer foram retiradas do patrimônio cultural do Estado houve grande manifestação na mídia contra a atitude tomada por esta Casa em se fazer um estudo da possibilidade da instalação de uma hidroelétrica. Contudo, não houve nenhuma reação da população e nem de nenhum órgão fiscalizador para propor ao Governo Federal a recuperação de uma das maiores relíquias do Estado que é a Fazenda São Marcos. Dando continuidade, questionou que se a hidroelétrica do Bem-Querer afeta o meio ambiente por que a criação de Itaipu não afetou? Muito pelo contrário, melhorou a vida dos paraguaios, argentinos e brasileiros que moram no Sul e Sudeste. Finalizou, dizendo que quando é para beneficiar as pessoas que vivem na região Norte tudo é mais difícil. O Senhor Deputado Ionilson Sampaio iniciou manifestando sua insatisfação com o entrave para a conclusão do zoneamento econômico ecológico do Estado de Roraima, ressaltando que a empresa contratada para elaborar o zoneamento com levantamento de dados e formatação de mapas ainda não entregou o serviço porque está faltando o Governo concluir o pagamento pelo trabalho. De acordo com o Senhor Parlamentar, o Governo deveria priorizar a questão do zoneamento, uma vez que é fator primordial para regularização ambiental e fundiária do Estado, pois irá definir as áreas de produção e o que poderá ser produzido. Prosseguindo, ressaltou que não há motivos para o entrave, uma vez que já está quase tudo pronto para a realização das Audiências Públicas. Finalizou, fazendo um apelo aos seus Pares para que sensibilizem o Governador para dar prioridade a esse tema tão relevante para o Estado de Roraima. O Senhor Deputado Flamarion Portela iniciou chamando a atenção dos seus Pares para o esquecimento dos problemas do IPER, ressaltando que esta Casa não pode deixar o assunto esfriar, pois é grave e envolve o futuro dos servidores do Estado. Continuando, apresentou um relatório de controle elaborado pelo Ministério da Previdência Social e Tribunal de Contas do Estado a respeito do Pregão realizado pelo IPER visando a contratação de empresa de consultoria financeira, com a finalidade de assessorar o IPER nas questões relacionadas aos investimentos de seus recursos. De acordo com o Senhor Deputado, a vencedora do certame foi a empresa Plena Consultoria de Investimentos LTDA., do Estado de São Paulo, com o preço de Um

mil setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos, dividido em doze parcelas mensais. Segundo o Senhor Parlamentar, é inviável uma empresa de outro Estado deslocar um economista e um assistente técnico, a cada três meses, pelo valor irrisório de cento e quarenta e sete reais mensais. Prosseguindo, informou que o Tribunal de Contas do Estado solicitou ao IPER informações sobre o prosseguimento da contratação da referida empresa, uma vez que não apresentou documentação que demonstrasse a viabilidade do preço oferecido devido os custos envolvidos para a execução contratual. Diante do questionamento, o IPER solicitou que a empresa Plena apresentasse uma planilha de custos compatíveis com a execução do contrato, sob pena de rescisão. Em resposta, a empresa reiterou que teria todas as condições para prestar os serviços contratados, por já possuir 43 empresas de regime próprio, com patrimônio total de cinco bilhões de reais e comportar uma estrutura de serviços que atenda com eficiência, técnica e qualidade toda a clientela de seu portfólio. De acordo com a planilha apresentada pela empresa Plena, os gastos com os referidos profissionais seriam em torno de novecentos e noventa e sete reais, anual, obtendo um lucro anual de setecentos e setenta e quatro reais e noventa e três centavos. Quanto às passagens aéreas dos profissionais para a realização das visitas em Boa Vista, a cada três meses, seriam doadas pelo representante da empresa. Na opinião do Senhor Parlamentar, essa justificativa é um deboche. Continuando, informou que o Presidente do IPER decidiu pela manutenção do contrato e que a empresa apresentou alguns relatórios mensais de avaliação e rentabilidade, além de pareceres propondo a realização de novos investimentos. Na opinião do Senhor Parlamentar, diante dos valores apresentados para a prestação dos serviços fica comprovado que já havia um planejamento para a aplicação do dinheiro dos servidores do Estado. Finalizou, dizendo que esta Casa não pode ser omissa diante do problema, uma vez que aprovou o nome do Senhor Rodolfo Braga para ocupar a presidência do IPER e tem por respeito e obrigação defender os interesses desses servidores. O Senhor Deputado Soldado Sampaio iniciou cumprimentando os alunos da Escola Major Alcides que se encontravam nas galerias do Plenário, parabenizando a senhorita Raiane Beatriz Pinho Fernandes pela mobilização, coragem e consciência política em se unir a um movimento estudantil e ir à praça pública reivindicar melhorias na qualidade de ensino e na estrutura da escola. Em seguida, parabenizou todos os policiais e bombeiros, em especial aos que fazem parte do quadro do Estado, que no último dia cinco de maio foram às urnas e reconduziram a Senhora Késia Barreto para a Coordenação Geral da Associação dos Policiais Militares e Bombeiros de Roraima, entidade esta que tem capacidade de conversar, buscar o entendimento com o Governo e com o comando das corporações sem perder sua independência política, com o apoio de quase setenta por cento dos votos daquela corporação em uma demonstração de união e clareza para aquilo que eles querem enquanto servidores da segurança pública. Continuando, lembrou à senhora Késia que, apesar dos doze anos de existência da Associação de Policiais e Bombeiros e muitas vitórias, ainda há muito a ser feito, como por exemplo a Lei de Remuneração dos Policiais e Bombeiros, a legislação previdenciária, o Regulamento para a Promoção de Praças e outras reivindicações importantes para a classe dos policiais e bombeiros do Estado. Finalizou, informando que recebeu um documento enviado pela Presidente do Grêmio da Escola Major Alcides, Raiane Beatriz Pinho Fernandes, direcionado ao líder da oposição e a todos os demais Deputados, dando conta da situação precária em que se encontra a Escola. O Senhor Deputado Brito Bezerra iniciou parabenizando os alunos que vieram reivindicar a reforma da Escola Major Alcides, que está há muito tempo parada, situação que deixa os alunos jogados de um lado para outro e sem condições de estudar com dignidade. De acordo com o Senhor Deputado, a educação de Roraima está em estado de calamidade pública, já que milhões em recursos que deveriam ser empregados neste setor são desviados, ressaltando que a classe política está desacreditada, daí a necessidade da participação efetiva dos jovens na política de seu Estado para que conheçam seus representantes e deles cobrem as melhorias desejadas. Em seguida, reportou-se a um requerimento de sua autoria, com assinatura de 15 Deputados, que convoca os gestores das seguintes secretarias: Secretaria Extraordinária de Articulação Institucional e Promoção de Investimento - SEAPI; Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais - SEPE e Secretaria Extraordinária de Apoio a Gestão Integrada - SEAGI, para virem a esta Casa prestar esclarecimentos sobre suas respectivas pastas, bem como apresentar os resultados atingidos por elas. Prosseguindo, o Senhor Deputado

questionou sobre as referidas secretarias, indagando saber quais as suas sedes e atribuições, ressaltou que procurou localizá-las e encontrou três delas numa só sala com apenas um servidor, que não soube lhe informar nada. Finalizou, pedindo apoio para que seu requerimento seja aprovado, com o objetivo obter as informações necessárias sobre a existência dessas secretarias, que representam o valor superior a 300 mil reais por mês e o total de 3.600.000,00, por ano, dinheiro que, segundo o Senhor Deputado, onera os cofres públicos e que poderia ser investido na educação. O Senhor Deputado Marcelo Natanael iniciou saudando os alunos da Escola Major Alcides presentes em Plenário, ressaltando a importância da educação para uma sociedade mais justa. Em seguida, solidarizando-se às reivindicações dos alunos, disse também se arrepender de ter ajudado a eleger o atual Governador do Estado, que, segundo o Senhor Deputado, é o responsável pelas atuais mazelas ocorridas na educação. Dando continuidade, parabenizou o empenho de alguns Parlamentares da Casa que apresentaram projetos visando reformas nas escolas e outras melhorias na educação. Em seguida, discorreu sobre os problemas existentes na saúde pública de Roraima, destacando a situação dos pacientes que se submeteram a transplante de rim e que há oito meses estão sem receber remédios essenciais para recuperação, ou sequer uma resposta da Secretaria de Saúde sobre o porquê do não fornecimento dos medicamentos. Continuando, o Senhor Parlamentar informou que irá enviar à Doutora Geane Sampaio, Promotora de Justiça, bem como a todos os Deputados, notas fiscais comprovando que pacientes transplantados estão comprando os medicamentos que deveriam ser fornecidos pelo governo, ressaltando ainda que, em detrimento da falta dos medicamentos, muitos tiveram que voltar a fazer a hemodiálise. Em seguida, reportou-se sobre a paralisação das obras do Hospital Coronel Mota que, apesar de já terem sido pagas, estão paralisadas desde 2011, solicitando que a Comissão de Aviação, Transportes e Obras da Casa fiscalize a situação que, segundo o Senhor Deputado, tem sido um verdadeiro sinal de deboche com o povo de Estado. Finalizou, parabenizando os Bombeiros do HGR que todos os dias apagam fogo naquele hospital, trabalhando de forma incansável e sem as condições devidas ao pleno exercício de suas funções. O Senhor Deputado Ivo sem usou a Tribuna para fazer um relato de sua viagem à capital do Amazonas, onde tratou de assuntos referentes à II Audiência Pública sobre os maus tratos sofridos por brasileiros na Venezuela que será realizada naquela capital ainda este mês. Continuando, destacou a necessidade da união de todos os estados do norte para que as pessoas possam se deslocar até a Venezuela sem correr risco de vida. Prosseguindo, informou que retornou de Manaus de carro pela BR-174, inclusive, registrou em fotografias para mostrar a alguns Deputados como era essa estrada antes do Governo de Anchieta e como está hoje. Em seguida, relatou que esteve no Hospital 28 de Agosto em Manaus, e ao comparar o leito do Hospital Geral de Roraima com o do Amazonas, que recebe cento e cinquenta vezes a mais de recursos, constatou que o daqui está melhor. Finalizou, parabenizando os alunos presentes em Plenário, dizendo que o Secretário de Obras tem a obrigação de vir a esta Casa prestar esclarecimentos sobre o andamento das reformas nas escolas. ORDEM DO DIA: O Senhor Presidente anunciou para pauta da Ordem do Dia a discussão e a votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 04/13, que “Dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado de Roraima para o ano de 2013 e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Justiça, e em turno único da Mensagem Governamental de veto nº 02/13, veto parcial ao Projeto de Lei nº 059/12, que “Dispõe sobre a criação de plano de cargos, carreiras e remunerações dos servidores da educação básica do Estado de Roraima (PCCREB) e dá outras providências”, de autoria governamental (nos termos do parágrafo 8º do artigo 253 do Regimento Interno combinado com o parágrafo 6º do artigo 43 da Constituição do Estado e do parágrafo 6º do artigo 66 da Constituição Federal); Projeto de Lei nº 029/12 que “Institui o Dia do Procurador do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Jean Frank; Projeto de Lei nº 030/12 que “Estabelece normas referentes às práticas comerciais e bancárias que envolvam negativa de outorga de crédito ao consumidor”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; Projeto de Lei nº 013/13 que “Abre ao orçamento fiscal do Estado, em favor da Secretaria de Estado da Cultura – SECULT, crédito especial no valor Global de R\$ 3.243.676,00 (três milhões, duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e seis reais) para fins que especifica. Em seguida, o Senhor Presidente, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 014/13, requerendo que seja convocado o Diretor-Presidente do Instituto de

Previdência do Estado de Roraima – IPER, Senhor Rodolfo de Oliveira Braga, para que, em data a ser fixada pela Mesa Diretora, possa apresentar relatório de atividades anual desenvolvidas e plano de metas para o ano seguinte do respectivo órgão. Colocado em discussão e votação o Requerimento foi aprovado com 11 votos favoráveis e 03 abstenções. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 015/13, convocando os respectivos Secretários de Secretarias Extraordinárias: de Articulação Institucional e Promoção de Investimento; de Projetos Especiais; de Apoio a Gestão Integrada; de Projetos Institucionais, para que prestem informações das ações desenvolvidas por estas pastas, bem como sobre os principais resultados atingidos, o qual, colocado em discussão e votação, foi aprovado. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 016/13, convidando a Secretária de Estado da Educação e Desporto, Senhora Leni Rodrigues Luitgards, e convocando o Senhor Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Carlos Wagner Brígia Rocha, para no dia 08 de maio do corrente, às 10h, no Plenário desta Casa, prestarem esclarecimentos relativos a não recuperação da Escola Estadual Major Alcides, nesta Capital, o qual, colocado em discussão e votação foi aprovado. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 017/13 aos familiares do Senhor Francisco de Sousa Cruz, Chico Doido, pelo seu falecimento ocorrido no dia primeiro de maio do corrente. Colocado em discussão e votação, foi aprovada. Dando continuidade, o Senhor Presidente deu ciência aos Senhores Deputados do teor da Resolução nº 019/13, que “Cria a comissão Especial Externa para, nos termos do Ato normativo nº 001/12 e Requerimento nº 014/13, ouvir o Senhor Rodolfo de Oliveira Braga, Diretor- Presidente do IPER/RR, composta pelos Senhores Deputados: Erci de Moraes, Flamarion Portela, Joaquim Ruiz, Naldo da Loteria e Soldado Sampaio. Prosseguindo, o Senhor Presidente, suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto pudessem analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 013/13. Após o tempo estipulado, a Senhora Presidente em exercício, Deputada Aurelina Medeiros, reabriu a Sessão informando que, em razão da presença do Senhor Secretário de Infraestrutura e da reunião que acontecerá na sala de reuniões com a comissão do movimento estudantil composta pelos alunos da Escola Estadual Major Alcides, transferiu a ordem do dia para a próxima Sessão. EXPLICAÇÕES PESSOAIS: O Senhor Deputado Ivo Som convidou os membros da Comissão do Movimento Estudantil da Escola Estadual Major Alcides, composta por pais e alunos, para reunião na sala de reuniões após o término da Sessão. O Senhor Deputado Brito Bezerra convidou os membros da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo para reunião, às 15h, na sala de reuniões, para tratar de assuntos referentes à indústria e ao comércio do Estado de Roraima com a presença de vários representantes. O Senhor Deputado Gabriel Picanço convocou os membros da Comissão de Agricultura para reunião após o término da Sessão. O Senhor Deputado Marcelo Natanael parabenizou a união dos alunos para reivindicar seus direitos, pois, na opinião do Parlamentar, só assim terão força suficiente para unir outras escolas para juntos irem para frente do Palácio cobrar do Senhor Governador soluções urgentes para esses problemas. O Senhor Deputado Chicão da Silveira parabenizou seu Filho Anderson Macedo da Silveira pela passagem do seu aniversário. E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 08, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: Angela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jânio Xingú, Jaiser Renier, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Remídio Monai e Soldado Sampaio.

Aprovada em: 08/05/2013

## ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2192ª SESSÃO, EM 10 DE ABRIL DE 2013.  
45º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =  
**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.**  
(Em exercício)

Às nove horas do dia dez de abril de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima nonagésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo quinto período

legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado (Remídio Monai) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

### RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

- Mensagem Governamental N° 22/2013, de 08/04/2013, que submete à apreciação o Projeto de Lei que, dispõe sobre o parcelamento e o reparcelamento de débitos previdenciários de responsabilidade do Estado de Roraima e de suas respectivas autarquias e fundações públicas junto ao Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER.

### RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

-Requerimento de Informação s/n/13, de 02/04/2013, do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que a Secretária de Estado da Educação, Lenir Rodrigues Luitgards Moura, seja oficializada para que preste informações por escrito e em mídia.

-Indicação s/n/2013, de 08/04/13, do Deputado Jean Frank, sobre a recuperação da Escola Estadual Alcides Miguel de Souza, localizada na Vila Novo Progresso, projeto de assentamento da Taboca.

### EXTERNOS:

- Ofício N° 634/13, de 28/03/13, do Departamento de Penitenciárias Nacional, comunicando a liberação dos recursos referentes ao Convênio CICOR n° 774460/12.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, os Oradores inscritos não se encontram em Plenário.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Não há Grande Expediente e nem Ordem do Dia para esta Sessão.

O Senhor Deputado Chico Guerra pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, solicito a verificação de quorum.

O Senhor Presidente ( Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário ( Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, não há quorum regimental para deliberação das matérias da Ordem do Dia.

O Senhor Presidente ( Coronel Chagas) – Não havendo quorum regimental para deliberação das matérias da Ordem do Dia, transfiro a Ordem do Dia para próxima Sessão.

Suspendo a Sessão, pelo tempo necessário, para que a Casa atenda ao Requerimento nº 012/2013, aprovado na Sessão do dia 02 de abril do corrente, que transformará a presente Sessão em Comissão Geral, momento em que o Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo, prestará esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros do Estado nos meses de janeiro, fevereiro e março.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente ( Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário ( Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, há quorum regimental para a reabertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quorum regimental, dou por reaberta a presente Sessão.

Senhoras e Senhores, neste momento, a Sessão será transformada em Comissão Geral, nos termos do artigo 153 do

Regimento Interno e, atendendo ao Requerimento nº 012/2013.

Convido os Senhores Deputados Ivo Som e Joaquim Ruiz para que conduzam ao Plenário o Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo.

Neste momento, passo a palavra ao Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo, para que o mesmo faça as suas considerações a respeito das aplicações financeiras do Estado nos meses de janeiro, fevereiro e março.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Bom-dia a todos. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero externar meu agradecimento pela convocação, para prestarmos contas dos valores que o Estado recebeu durante esses três meses, o que realmente foi feito e os seus respectivos gastos. Estou distribuindo uma planilha, que é um quadro de receitas e despesas do Estado, onde conta a real destinação de todos os recursos. Primeiro, nós temos os valores arrecadados tanto do FPE, com as suas devidas vinculações e deduções, quanto aos da arrecadação própria do Estado também. Depois disso, vem, no meio da planilha, a receita líquida do Estado, ou seja, o FPE bruto e a arrecadação própria do Estado, menos as suas deduções. E, embaixo, o que foi gasto, o grupo de despesas em que foram gastos esses valores arrecadados. Para vocês terem uma ideia, a receita total do FPE do Estado, hoje, soma algo em torno de 448 milhões de reais e a arrecadação própria do Estado algo em torno de 161 milhões de reais, num total de 622 milhões de reais. Desse valor, somente ficou destinado ao Estado 350 milhões, ou seja, 55% do valor, o restante foi tudo separadamente dividido, conforme a Lei prevê, tanto das deduções, como das transferências constitucionais. E, na outra parte da planilha, temos as partes de todas despesas que o Estado gastou por grupo de despesas, com folha de pagamento, com serviço de dívida, com duodécimo dos poderes, precatórios, restos a pagar, transferências aos Municípios e com as transferências para administrações diretas. Então, esse é o espelho dos recursos que o Estado arrecadou nesses três meses e onde foram efetivamente os valores foram gastos. Diante disso, fico a disposição dos senhores para responder a qualquer pergunta que me for feita. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero agradecer a presença do ilustre Secretário Renato Maciel e tentar esclarecer algumas coisas. Alguns números que tenho colhido, da mesma fonte de Vossa Excelência, têm algumas divergências mínimas. Mas, vou começar mostrando aqui, pelos meus números, a arrecadação de FPE que em janeiro, fevereiro e março somou R\$ 448.986.180,00. De ICMS R\$ 42.264.058,00 em janeiro; R\$ 42.449.857,00 em fevereiro e em março R\$ 39.935.026,00, totalizando R\$ 124.631.470,00. De Imposto de Renda R\$ 8.762.898,00 em janeiro, R\$ 18.519.636,00 em fevereiro e em março R\$ 8.468.958,00, totalizando R\$ 35.751.000,00. De IPVA: R\$ 2.129.000,00 em janeiro, R\$ 3.320.566,00 e em março R\$ 2.797.253,00, totalizando R\$ 8.247.010,00. Ainda levantei o SUS, que nos meses de janeiro, fevereiro e março totalizam R\$ 17.000.000,00. Além, senhor Renato, do total de convênios que este Estado recebeu. Recebeu, em janeiro, R\$ 180.060.806,00, em fevereiro R\$ 312.544.958,00 e em março R\$ 159.059.925,00, totalizando R\$ 660.265.668,00. Não estou aqui falando dos empréstimos, pois só no ano passado o Estado contraiu um bilhão e cento e dez milhões de empréstimo. Juntamos o somatório dos empréstimos da CERR, do PROINVESTE e do BNDES. Não estou falando desse dinheiro do empréstimo, esse estou separando. Quando eu junto FPE e ICMS, Imposto de Renda e IPVA, o valor é menor do que o seu aqui. O seu está em 622 milhões e o meu está em R\$ 617.606.145,00. E quando disse aqui que o Estado arrecadou em três meses 600 milhões, assusta, porque não é isso. E eu, senhor Renato, quero dizer algo que o senhor disse: Ah! Deduziu o imposto, deduziu o FUNDEB, deduziu o Fundo Estadual de Saúde. É como se tudo isso fosse para outro Estado e não para Roraima. Isso cobre as despesas, inclusive, com pagamento de pessoal. Então, o dinheiro fica em Roraima, administrado por Vossa Senhoria. O Dinheiro é de Roraima. Vossa Senhoria diz aqui que arrecadou 622 milhões em três meses, mas quando eu como com o dinheiro recebido dos convênios, fora os empréstimos, neste Estado que está sob a gerência de Vossa Excelência, esse dinheiro de convênio que é, geralmente, para pagar os contratos com as empresas, se já foram pagos, eu não posso lhe afirmar, mas somando os convênios com a arrecadação própria, nós batemos um bilhão e trezentos milhões de reais em três meses. Um bilhão e trezentos mil reais em três meses, Deputada Aurilena! Está aí o Secretário Renato, não sei o que ele vai dizer sobre os meus números, um bilhão e trezentos milhões em três

meses, com uma população de 450 mil habitantes. É dinheiro, como dizia meu pai, “saindo pelo ladrão”, é dinheiro demais, é muito dinheiro, literalmente. Era para nós estarmos vivendo em uma sociedade de primeiro mundo e, simplesmente, sequer o duodécimo do Poder Legislativo é honrado. A minha mente é muito estreita para compreender essa situação que Roraima está vivendo. Eu vi aqui o montante das despesas. Aqui Vossa Senhoria, por exemplo, não detalha pagamentos com empresas, contratos, detalha? O que é LDE aqui?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – LDE é uma dedução vinculada para a educação.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – É aquelas 5%?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Exatamente.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Que é os 5%, mais os 20% do FUNDEB, somando 25%. Então, aqui deduz LDE, deduz FUNDEB, deduz o fundo, aí o resto é pagamento do PASEP, folha de pagamento, INSS, é absolutamente normal. Do mesmo jeito, quando nós vamos para o ICMS, para o IPVA, para o Imposto de Renda etc, também vêm aqui as deduções normais e corriqueiras. Queria chamar a atenção dos Senhores Deputados sabem quanto tem a folha de pagamento da direta? Só 25 milhões, Coronel Chagas. Só 25 milhões o pagamento da direta, o pagamento das indiretas é de mais nove milhões. Quer dizer, o Estado está gastando trinta e poucos milhões só com a folha. Isso representa menos de 30% da receita corrente líquida, senhor Renato, quando o Estado poderia gastar 47% da sua receita com pessoal, ou seja, o servidor está sendo massacrado, pisoteado enquanto o Estado tem plena condição de dar um aumento significativo aos servidores. Não dá porque não quer. A Lei de Responsabilidade Fiscal ampara esse aumento e, financeiramente, o Estado também pode dar. Isso é inédito no Brasil, pois talvez nenhuma unidade da federação gaste menos de 30% de sua receita corrente líquida com pessoal, mas Roraima sim. Se é louvável, não sei, mas sei que está sacrificando um segmento importante da sociedade que lhe ajuda a gerir a fazenda, a saúde, a educação. Esses servidores estão sacrificados, muito sacrificados, porque o Estado está gastando muito pouco com pessoal. E, só o que escutamos é que não há dinheiro. Então, eu queria que Vossa Senhoria pudesse esclarecer, o mais detalhadamente possível, sobre essa questão que eu acabei de focar aqui, porque a desculpa de que Roraima não tem dinheiro não me convence, porque os números falam o contrário. Obrigado.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda - Luiz Renato Maciel de Melo – Deputado, primeiro, quero informar que aqui está fora a Secretaria de Saúde, que é um fundo a parte, pois a SEFAZ não tem gerência na Secretaria de Saúde, só faz a dedução dos valores e repassa para os fundos. Mas, somando com a Secretaria de Saúde, o Estado está no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por quê? Por causa das cooperativas. A cooperativa, agora, foi incluída como pessoal pela STN. Então, no momento, o Estado está no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com relação à folha de pagamento da indireta, a SEFAZ não tem nenhuma autonomia para fazer nenhum tipo de procedimento. Com relação a da direta, a Procuradoria e a Secretaria de Administração é que tomam conta dela, ou seja, os valores chegam na SEFAZ para pagamento. A SEFAZ não tem nenhuma ingerência também com relação à folha de pagamento das duas. O que, às vezes, a gente questiona, é quando há um aumento exagerado, e a SEFAZ costuma fazer isso tanto na direta, quanto na indireta. Às vezes, na direta, inclusive, o valor vai menor porque sabemos que houve alguma coisa lá e aí, depois acertamos com a direta. Com relação ao duodécimo, podemos dizer que o Estado, hoje, está em dias com o duodécimo. O problema que aconteceu ano passado foi, realmente, com a diminuição dos valores repassados para o Estado através do FPE. Nós recebemos uma determinação do Governador Anchieta, desde o ano passado, para não atrasar, de maneira nenhuma esse repasse, a não ser quando fosse extremamente necessário. E, isso aconteceu mês passado, pois, infelizmente, nós tivemos que fazer o abatimento do valor antecipado para a Assembleia e, não havia outro jeito de repassar o duodécimo se não fosse dessa maneira. Mas, recebemos ordem do Governador para que isso não volte a acontecer. Infelizmente, Deputado, nós temos uma dívida muito grande no Estado, dívidas que vem de anos. Inclusive, nós temos uma Comissão que foi na SEFAZ uma vez, o Senhor também foi lá, no COFAZ, e, mais uma vez, nós estamos brigando pela redução do percentual de juros dessas dívidas. Conseguimos alguma coisa, administrativamente, na Receita, mas o CONFAZ vai brigar, agora via Congresso Nacional. E,

realmente, outras dívidas existem. Por exemplo, nós temos outros dois financiamentos, feitos em 2009/2010, que agora começaram a cair. Nós já quitamos um com o PROINVESTE, mas há outros. Então, esses juros que nós temos pago antes do principal, são altos para o Estado, fora, por exemplo, os acordos de 10, 08 anos atrás, que são o INSS da folha de pagamento, tanto do Governo do Estado, como da Assembleia, das indiretas que, naquela época, o Governador abarcou para o Governo do Estado e, isso é deduzido, sistematicamente, do FPE. A União não quer saber se o Estado tem ou não dinheiro, ela bate direto. Com relação, por exemplo, as indiretas, já está sendo feito um trabalho junto à SEFAZ, com auxílio da SEPLAN, para fazermos um pacto e negociarmos algumas despesas das indiretas, porque achamos que estão um pouco altas, mas estamos verificando o que se pode fazer, tanto é que parte da folha é paga toda pelo tesouro nacional, pelo tesouro do Estado. Provavelmente, vá demorar um bom tempo para que as indiretas continuem a pagar suas folhas. Então, as dívidas que estão sendo colocadas aqui, fora algumas especificidades, são as dívidas normais do Estado mês a mês. Agora, com o valor de cada uma, umas são constitucionais, outras são legais, e as outras são, por exemplo, por causa da folha de pagamento e de repasses para as indiretas, para a administração comandar a Folha de pagamento. E agora, nós temos um problema sério para o Estado que são os precatórios. Estamos intimados a pagar os precatórios que não vinham sendo pagos desde 2008. Nós conseguimos pagar até a metade de 2011, mas o que está acontecendo agora? A Justiça está sequestrando os valores da conta do Estado. Então, nós tentamos um acordo com o Tribunal de Justiça para pagar uma parte, mas as outras dívidas são todas dívidas que já chegam na SEFAZ para pagamento, ou seja, a SEFAZ não tem nenhuma ingerência, só vê o papel, a parte legal da coisa, se está de acordo com as normas financeiras e orçamentárias para pagamento. Com relação a outras dívidas que o Senhor queira mais detalhadamente, podemos conversar, discutir, sem problema nenhum.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Quería, ainda, fazer mais um questionamento. Secretário, eu estava observando aqui, aquele repasse em média de seis milhões que ia mensalmente para CERR, que não está indo mais, porque o empréstimo está bancando. Esse ano, somando os três meses, foi somente um milhão e novecentos. Não sei porque o empréstimo aprovado aqui, nesta Casa, foi para manter o total das despesas no exercício de 2003 da Companhia Energética de Roraima.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – A folha de pagamento da CER de janeiro e de fevereiro, foi paga pelo Governador do Estado. A de março, nós decidimos que não pagaríamos mais. O problema é que parece que a Eletrobras, para assumir a CERR, quer a Companhia quite todas as dívidas. A nossa preocupação, inclusive, em vonversa ontem com o Governador, é negociar com a Eletrobrás para que assuma a folha de pagamento da CER.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Secretário, eu, o Deputado Chagas e o Deputado Joaquim, fomos ao seu gabinete e, naquela época, Vossa Senhoria nos informou que o novo empréstimo do PROINVESTE era de 360 milhões. Parte desse empréstimo, se não me falha a memória, algo em torno de 70, 80 milhões, seria para quitar o primeiro empréstimo do PROINVESTE que o Estado já estava pagando, cujo valor era significativo. Isso foi tirado para pagar o PROINVESTE?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Eu estou com a planilha, vou pedir que seja distribuída. Há uma planilha que mostra para que foi contratado, em que está sendo gasto, o que foi recebido e o que foi pago. O PF1 foi quitado integralmente, 75 milhões, só estamos agora com o PF2 e com o financiamento da CERR, cujos juros começam a cair em junho. E o PROINVESTE, o Estado paga a primeira parcela dos juros a partir deste mês.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Secretário, Vossa Senhoria tem a somatória que é descontada automaticamente da repactuação da despesa previdenciária? Quanto o Estado paga ao sistema nacional, ao regime geral de INSS mensal?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Não. Há dois INSS aqui, esses são os valores da dívida que o Estado contraiu antigamente, que são descontados mensalmente. O FPE já chega sem esses dois valores para o Estado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Eu queria levar ao conhecimento de Vossa Senhoria uma preocupação muito grande. Nós

sabatamos aqui, o Reitor da Universidade Estadual na semana passada. A Assembleia teve a boa intenção de fazer algumas Emendas para reforçar o orçamento da Universidade Estadual, por ser uma instituição importante hoje, para nossos filhos, amanhã para nossos netos. É algo vital, primordial para o conjunto da sociedade e, nos surpreendeu quando o Reitor disse estar mantendo a Universidade com taxas de concursos públicos. Ele nos disse aqui que, em janeiro, fevereiro e março, teria para as despesas de custeio, algo em torno de um milhão e meio, em média 600 mil por mês. Mas, ele só tinha recebido durante três meses 100 mil reais do tesouro nacional. Ficamos perplexos, porque é uma instituição tão importante, e o governo não dá as condições mínimas para seu funcionamento. O orçamento da Universidade soma 29 milhões e ela possui 4.500 alunos, mas a UNIVIR tem 17 milhões. Isso é um disparate, porque a Universidade Estadual tem multi campos espalhados em todo o Estado. Essa foi uma informação que nos deixou preocupados.

Secretário, estou satisfeito, mas queria ter a liberdade de ter alguma dúvida a esclarecer e ter clareza das coisas. Muito obrigado pela presença.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Deputado, com relação à Universidade Estadual, o Estado paga a folha de pagamento que é de dois milhões e meio, à SEFAZ. Com a diminuição do repasse do FPE, levamos a preocupação ao Governador e fizemos uma cota, conforme o orçamento do Estado. O que pode estar acontecendo também, é que a cada trimestre, cada secretaria, cada Universidade, cada empresa, tem uma cota, que inclui a folha de pessoal, se essa cota for ultrapassada nesses três meses, eles têm que ir diretamente com o Governador para pedir aumento de cota, porque a SEFAZ não libera. Agora, a Universidade Estadual, por enquanto, só recebeu 200 mil reais para manutenção, fora a folha de pagamento.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Quero fazer um contraponto à fala do Deputado Flamarion em relação a números, porque algumas perguntas que eu iria fazer, o Deputado Flamarion já fez. Mas me surpreende aqui, a UNIVIR receber do Estado 300 mil em janeiro, 300 mil em fevereiro, e a nossa Universidade Estadual, que tem professores com doutorado, que tem uma equipe presente de professores e alunos, receber 100 mil reais em janeiro e 100 mil reais em fevereiro. Essa é a primeira questão. Depois, temos outras empresas recebendo 700, um milhão, enquanto a indústria do saber, do intelecto, está recebendo 100 mil reais. Eu me reporto a Vossa Senhoria. Nós, como o senhor, sabemos o quanto é duro fazer um curso superior, uma pós-graduação. Nós tivemos a oportunidade de fazer, e como foi difícil! Imagine agora com essa geração atual com uma competência muito maior. Uma outra pergunta que eu gostaria de fazer ao senhor se refere aos juros. Vossa Senhoria falou dos juros da CERR, que já começa a cair nesse próximo mês de junho. Eu gostaria de saber quanto é que o Estado vai pagar do PROINVESTE e dos juros da CODESAIMA, pois há também um empréstimo do BNDS. Quando é que a CODESAIMA vai pagar? A partir de que mês? Ou será que está naquele pacote de 70 milhões de reais? Eu não sei, Secretário, se o senhor tem as dívidas que o Estado tem a receber. Aqui não aparece. Nós temos um passivo significativo, não só por parte do Estado, como por parte de alguns órgãos que compõem a estrutura do Estado. Nós temos informações que o DETRAN tem um passivo significativo para receber. E, no DETRAN, geralmente, esse passivo é de quem tem condições, quem tem um carro, faz parte da classe média, até a classe média alta.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Com relação à questão de repasses para as empresas, no caso à UNIVIR, é difícil repassarmos o valor que está previsto no orçamento, até porque, às vezes, quando chega esse repasse para ser feito, tem que ser dia 10, que é o repasse maior, com o qual fazemos alguns pagamentos. Mas, às vezes, não conseguimos fazer esse repasse por causa de algumas dívidas que o Estado tem, que o torna inadimplente se eu não fizer isso. Eu levo isso para o Governador, informando que pode até ser repassado para as empresas e para as autarquias. Mas, se deixarmos de pagar algumas dívidas, o Estado perde qualquer possibilidade de receber recursos. Então, temos que levar em conta tudo isso no dia a dia, do que o Estado tem que fazer. Mas, acho que também deveria fazer, se o Estado tivesse nas suas condições normais, ou seja, repassar o duodécimo normal para cada um, nem que seja o duodécimo financeiro, não o orçamentário.

Com relação à dívida que o Estado tem para receber do DETRAN, ela está fora daqui, porque o DETRAN faz essa parte. E a outra, é com relação à cobrança da dívida ativa, que cabe a Procuradoria

Geral do Estado. Eu tinha feito esse pedido para a procuradoria, mas ela deu a tempo o levantamento. Então, existe em torno, se não me engano, de dois milhões de reais em débitos que o Estado tem que receber. Mas essa é uma briga grande. Há dívidas de 10 anos que até hoje não foram pagas.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Do DETRAN?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Não, do DETRAN, não. Estou dizendo da Procuradoria Geral do Estado e uma outra dívida de ICMS, de outras coisas. Existe esse crédito do Estado, mas é difícil conseguirmos alguma coisa. Há alguns processos em andamento também no contencioso da SEFAZ, que tem alguns valores altos, mas também há outra discussão que vai para segunda instância, que tem novo julgamento e, geralmente, quando sai dali, vai para a via judicial.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – E os juros da CERR, Senhor Secretário?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Os juros da CERR vão começar a cair no mês de julho, no valor de dois milhões e meio.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – E os da CODESAIMA?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – O da CODESAIMA não foram liberados pelo BNDS. Não existe ainda a dívida da CODESAIMA, que é aquela assunção do conjunto habitacional.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Não, eu falo do BNDS, uma parte para a CERR ...

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – O da CERR é de dois milhões e meio a cada três meses. Quer dizer, a cada três meses, cinco milhões de reais e depois de seis meses mais dois e meio.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Passa a ser quase oito milhões.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Exatamente, em julho o Estado vai desembolsar oito milhões e meio para pagar esses dois empréstimos.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Vossa Excelência tem consciência que junho, julho e agosto são os meses que o Estado tem as suas piores receitas em relação ao FPE.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Sim, sei disso, até porque também há o pagamento do salários.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Está sendo feito algum planejamento para não correremos esse risco que corremos o ano passado?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Está. Nós estamos acertando com a Secretaria de Planejamento para ver como é que vamos fazer isso.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Deputado Mecias de Jesus.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, quero cumprimentar o Secretário Renato, agradecê-lo pela vinda aqui, porque têm alguns secretários que se julgam mais importantes e sequer vêm, ou mandam uma comunicação, depois acham ruim quando a Assembleia Legislativa toma outras providências. Mas, eu queria fazer algumas perguntas que talvez para Vossa Excelência não sejam importantes, mas para mim, são. Por que a SEFAZ, o Governo paga a folha de pagamento da UERR? A UERR tem orçamento próprio e, portanto, o Governo do Estado deve repassar o orçamento da UERR de forma integral. É a UERR quem deve saber o que fazer com o seu orçamento. No meu entendimento, a UERR tem autonomia administrativa e financeira, e tem o ordenador de despesas. Por isso é desnecessário o Governo estar pagando a folha, a não ser que não esteja confiando nos gestores da Universidade. Então, por que o Governo faz isso?

Outra pergunta. Por que o Governo atrasa tanto o pagamento do transporte escolar? Eu não estou defendendo nenhuma empresa de transporte escolar, porque eu não tenho nenhuma, mas estou defendendo os pais de famílias, os alunos. Por que atrasar tanto o pagamento, se é dinheiro do FUNDEB, dinheiro específico para isso?

Agora, mais uma pergunta. Qual o valor total da dívida externa do Estado? Quanto se paga hoje de empréstimos mensais? E qual o valor da dívida interna, se é que Vossa Senhoria é capaz de calcular o tamanho da dívida interna do Estado hoje? Desculpe-me, pois não estou chamando Vossa Senhoria de burro, até porque sei que o senhor é um homem inteligente.

Uma outra coisa que me intriga muito é com relação ao duodécimo dos poderes, Secretário. O Poder Executivo, nos últimos anos, anda tratando os poderes como se fosse um departamento, em especial, a Assembleia Legislativa, ao fracionar o repasse do duodécimo. Não se pode fazer isso. A Constituição Estadual diz que o repasse tem que ser feito até o dia 20 para todos os poderes. E, quando eu digo a todos, é a Assembleia Legislativa, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público de Contas, ao Tribunal de Contas, à Defensoria Pública, à UERR, enfim, à todos aqueles que têm duodécimo previsto e orçamento aprovado. Por que o Governo atrasa tanto? O Governo sabe que tem esses duodécimos para repassar. No meu entendimento, o Governo gasta o dinheiro dos poderes, e quando chega o dia de repassar não tem, aí tenta arrecadar de outras formas para poder repassar para todos os poderes. Não digo isso apenas a Vossa Excelência, mas ao Governador, à Procuradoria do Estado. Os poderes são harmônicos, mas independentes entre si. Não é pelo fato de o Poder Executivo ter a chave do cofre que tem que deixar os outros poderes à mercê do duodécimo, porque aí não existe harmonia, nem independência. E, um não é subordinado ao outro. Então, por que isso acontece? Ele não pode alegar que é por falta de dinheiro. O repasse para cada um dos poderes é obrigatório. Agora, o que o Governo vai fazer com o restante que lhe sobra, não tem nada a ver. Mas se sabe que vai faltar dinheiro, então guarda o dos poderes e repassa no dia correto.

Eu tenho sido procurado por algumas pessoas, alguns alunos de faculdades particulares, que alegam que em algumas faculdades não estão podendo receber o seu diploma e nem frequentar às aulas porque o Governo está com mais de um ano que não paga o bolsa escola das faculdades particulares. Eu queria saber se isso é verdadeiro, até porque, eu procurei alguns donos de faculdades e eles me confirmaram que é verdade? Alguns, inclusive, disseram que receberam o mês de maio de 2012 agora esse mês. Não sei se isso é verdade, por isso gostaria que Vossa Excelência me respondesse.

Eu enderecei a Vossa Excelência um ofício falando de alguns cálculos, fazendo algumas perguntas sobre ICMS, sobre os recursos transferidos para os municípios. E, estou aqui de posse do ofício. Agradeço a gentileza da resposta. Como é feito o cálculo do repasse do ICMS para os municípios? Vossa Excelência respondeu que são 25%, não é isso? Como é que é feito isso? Digamos, arrecadou 40 milhões de ICMS e calcula 25%, que dá 10 milhões, e divide para os municípios. Qual é o cálculo? Como é que Vossa Excelência chegou a esse critério de que Boa Vista tem dos 25%, 17,3; Caracará: 1,8. Eu ia refazer o ofício pedindo mais esclarecimentos, mas gostaria que Vossa Excelência me dissesse agora, se for possível. Qual é a fórmula que utilizou para chegar a essa porcentagem para cada município?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Acredito que devo ter falado alguma coisa diferente em relação à UERR. A UERR tem autonomia administrativa, financeira e orçamentária. Nós pagamos a folha dela, mas não é porque pegamos o dinheiro na SEFAZ. Nós passamos o recurso para a UERR. Para as outras indiretas, também da mesma maneira. Nós pedimos a folha, vemos o valor e repassamos o valor da folha integral para eles. Então, não é a SEFAZ que paga, ela só repassa o valor integral da folha de todas as indiretas.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Mas o correto não é repassar o valor integral?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – É. O correto seria, mas é que os recursos não são suficientes. Então, para não deixar atrasar a folha, passamos primeiro o recurso da folha e, depois, se sobrar alguma coisa, passamos uma parte para cada um.

Agora, em relação ao problema no transporte escolar, é que ocorre alguns percalços no meio do processo. Às vezes, é culpa da administração, mas também, é culpa dos empresários. Da administração, pela morosidade de alguns procedimentos. Isso causa, geralmente, um atraso de dois meses, mais ou menos. Mesmo sendo do FUNDEB, mas não é o FUNDEB, pois são aqueles cinco por cento do MDE que eles pagam. Então, esse dinheiro fica lá esperando a fatura chegar, não é gasto em nada. O que ocorre é a dificuldade para chegar na SEFAZ. Esse é o problema do transporte escolar. Quando chega na SEFAZ, se o dinheiro estiver lá, é pago de imediato. Não há muito problema.

Outro problema que ocorre também é que, às vezes, os empresários, ao invés de tirar o percentual do ISS do município, de onde eles estão prestando o serviço, eles querem tirar do município de Boa Vista. E aí, a SEFAZ devolve todas as notas para correção. Mas o

recurso, mesmo que não tenha fatura para a SEFAZ, fica guardado, eu não posso usá-lo para nada, a não ser para o pagamento do transporte escolar.

Sobre a dívida externa e interna, Deputado, eu queria que o senhor fizesse um ofício para que eu possa explicar direito para o senhor. Eu prefiro não responder agora, mas oficialmente, até porque, existe cálculo e, eu não tenho esses cálculos aqui. Eu tenho a planilha toda, mas não tenho ela aqui. Então, ficaria difícil explicar. Ai, eu mando a planilha direitinho explicando quanto se paga, qual é o juro, porque não há problema nenhum para nós.

O problema do duodécimo aconteceu no ano passado porque a arrecadação do FPE baixou realmente. O que é que eu faço na SEFAZ, desde que eu entrei, no dia 10? Do maior repasse do FPE, eu já guardo um percentual dali para pagar os poderes. O que acontece é que quando chega dia 10, eu já sei quanto vou receber provavelmente no dia 20 e no dia 30 pelo STN. Então, eu guardo um percentual, somado com ISS, com o repasse do duodécimo do dia 20 e pago os poderes sem problema: Essa é uma previsão que fazemos. O que ocorre é que, geralmente, o duodécimo do dia 20 é menor do que o previsto, aí causa problema para nós, porque esse ICMS do dia 20, parte dele eu guardo para pagar os poderes.

Quanto à questão das faculdades, acontece quase a mesma coisa que no transporte escolar. Realmente eles têm razão, eu paguei em junho do ano passado. O que acontece? Quando os valores não chegam mês a mês na Secretaria da Fazenda, eles já chegam seis meses atrasados e não temos condições de pagar tudo de uma vez. Já foi solicitado à Secretaria de Educação e à SETRABES que mandem esses valores mensalmente para SEFAZ, porque se chegar atrasado dez meses é difícil o Estado pagar. Agora que consegui pagar até junho do ano passado, ainda faltam seis meses.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – E a culpa é da Universidade?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda Luiz Renato Maciel de Melo – Não sei se é das universidades, mas a Secretaria nos encaminha todas de uma maneira só. Por exemplo, custa em média três universidades duzentos mil reais por mês, sete meses é 1.400.000,00. Eu não tenho como pagar sete meses para uma universidade, sete para outra e sete para outra, não tenho, se a verba chegar mensalmente, provavelmente vai ser pago.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Então, não há nenhuma faculdade que tenha menos de um milhão de reais para receber do governo.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – faz seis meses que não pagamos nenhuma das universidades.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Gostaria de fazer um apelo a Vossa Senhoria para conversar com a Secretária de Educação, com a Secretária da SETRABES e com os donos das faculdades, porque não pode prejudicar os alunos, os bolsistas, a inadimplência do Governo do Estado.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Nós tivemos uma reunião, semana passada, com a Secretária da SETRABES e a Secretária de Educação, até porque a SEFAZ questionou a Comissão que estava analisando as bolsas. E, nós informamos que se mandarem mês a mês, poderia até não pagar tudo, mas pelo menos não ficaria tão amplo esse período de pagamento. Eles ficaram de mandar mês a mês e, como a fatura é separada, posso pagar mês a mês, sem problema nenhum. Com relação ao cálculo do ICMS, Deputado, gostaria que o Senhor refizesse um ofício para que eu possa especificar tudo direito, os critérios de cada município.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – E quanto à questão das notas fiscais. Eu não entendi como é feito o repasse do ISS de notas fiscais de serviços prestados pelos transportes escolares dos municípios, das obras que são realizadas, não entendi direito.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – A maioria dos transportes escolares prestam serviços fora do município de Boa Vista, logo, cada município tem o ISS separado. Então, o Estado retém esse ISS dos municípios e é obrigado a repassar dentro de uma semana para o município de origem. Ocorre que, às vezes, por falha das empresas, colocam o percentual de ISS de Boa Vista tirando a nota aqui, e quando chega na SEFAZ, verificamos isso e devolvemos para as empresas, para que coloquem o percentual correto do município. Por isso que a fatura, às vezes, atrasa um mês ou dois.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Secretário, Senhoras e Senhores Deputados, bom-dia.

Senhor Secretário, pequei a planilha agora e confesso que estou tentando me aprofundar dados, mas são muito superficiais, não há como avançarmos. O senhor falou que as despesas com pessoal estão dentro da margem providencial. O Deputado Flamarion fez um cálculo rápido da administração direta e indireta e Vossa Excelência refutou alegando que tem que inserir aqui neste cálculo, as despesas da Educação e da Saúde. Por isso, estou lhe pedindo, em virtude da data base de reposição dos servidores, quando o governo apresenta dois discursos para não dar a reposição integral, alegando que não tem recursos, e nós temos demonstrado que tem; e que o recurso ultrapassa a margem providencial com despesa de pessoal. Portanto, o que gostaria de saber de Vossa Excelência é qual o valor real da folha de pagamento do Governo do Estado com pessoal da administração direta, indireta, incluindo a saúde e a educação? Sabemos que o percentual da saúde é 12% e o da educação 25%, mas não sabemos com que são gastos. E agora, como Vossa Excelência falou que a Cooperativa entra como cálculo de despesa pessoal, acredito que precisamos saber, até para termos tranquilidade quando formos votar a reposição salarial dos servidores, se temos ou não essa margem providencial para darmos esse reajuste salarial, haja vista que, os servidores vêm acumulando perdas salariais em torno de 12%. Geralmente, em toda reposição que o Governo dá no ano, deixa de repor cerca de 1 a 2% do que é a verdadeira inflação. Portanto, gostaria que Vossa Excelência nos desse essa resposta. E, se não puder, no momento, gostaria de requerer posteriormente através de ofício. Neste relatório de despesa que temos em mãos, há um valor de R\$ 39 milhões no mês de janeiro, R\$ 46 milhões em fevereiro e R\$ 1 milhão em março de restos a pagar. Então, gostaria que Vossa Excelência detalhasse o que exatamente é isso, que despesas são essas. A outra pergunta é que vem sido colocado pelo Governo durante todo o ano de 2012, e agora em 2013 não está diferente, a crise financeira pela qual está passando o Estado, devido à diminuição do FPE. Essa inverdade vem sendo colocada com tanta veemência que já passou a ser uma verdade e, nós sabemos que não é. No orçamento aprovado aqui, nesta Casa, a previsão de receita do FPE vem sendo cumprida, é tanto que tivemos um acréscimo significativo nos últimos anos, inclusive, em 2012 e 2013 não está sendo diferente. Diante do que está orçado de FPE nesses últimos três meses, pegando a receita prevista, já arrecadamos bem mais. Podemos até ter um resultado diferente daqui para a frente, mas não foi assim em 2011 e 2012, acredito que não será assim em 2013. O Governo tem um discurso defensivo de prudência, cautelosa, mas essa inverdade de que há diminuição da receita do FPE não é fato, os números estão aí. O que está acontecendo de fato é uma diminuição na expectativa daquilo que o Governo deseja alcançar. Ai ele tem como referência anos anteriores e, vez por outra, se não me engano, umas duas ou três vezes no ano passado, não atingiu essa expectativa. Então, eram essas minhas colocações e em cima disso vou reiterar alguns ofícios pedindo maior detalhamento dessa planilha de receita e despesa.

O Senhor Secretário da Fazenda Luiz Renato Maciel de Melo – Deputado Sampaio, vou tentar explicar mais ou menos aqui. Na última folha de pagamento da SESAU e da SECED, a SESAU não tenho precisão, porque agora a Cooperativa está vindo junto também, mas se não me falha a memória, só dos efetivos e concursos é algo em torno de 6 milhões de reais, mais a Cooperativa. Por causa dessa parte da Cooperativa é que a STN agora incluiu que este pagamento de pessoal entre para o limite de pessoal, mas desde o ano passado já está. Então, quer dizer que desde o ano passado o Estado já começou a se apertar no limite providencial. Mas aí, se o senhor realmente quiser, pode mandar um ofício que lhe enviaremos mês a mês o valor, qual o limite providencial do Estado, como estamos hoje, até para saber quanto custa cada secretaria e quanto custa cada indireta para o Governo. Não há problema nenhum. Se o senhor quiser oficializar, pode ter certeza de que lhe informaremos qual o limite providencial e como estamos hoje.

Quanto aos restos a pagar, são aquelas despesas que estavam dentro da SEFAZ, liquidadas, só faltando o último estágio das despesas que é o pagamento, não inclui aquelas despesas que só tinham o empenho, aquilo era uma provisão. Quer dizer, tenho um empenho para entregar alguma coisa, mas ainda não entreguei, estas estão incluídas em restos a pagar. Restos a pagar são as despesas que estão dentro da SEFAZ e que eu não posso anular, pois já estão liquidadas, prontas para pagamento. Para mim, isso gera problemas seriíssimos na STN e no ajuste fiscal do Estado. Então, essas despesas aqui são todas as que estavam na SEFAZ no dia 31 de dezembro de 2012, são despesas com água, luz, telefone, obras, entre outras coisas.

Sobre o problema do FPE, não é que não atingimos o limite, é que, às vezes, fazemos a expectativa de um valor e, quando chega no final do ano, o valor não é o mesmo. Acabei de chegar de um CONFAZ agora e podem ter certeza, o Estado de Roraima está mais ou menos. Há Estado do Norte que não paga a folha de funcionários. O Estado de Minas Gerais está pedindo dinheiro para pagar a folha. Então, não somos só nós que estamos nessa situação, todos estão. Fomos a uma reunião no Ministério da Fazenda, terça-feira, com os Senadores da bancada do governo federal, para discutir exatamente isso e, lá foram colocados todos esses problemas para eles. Foi separado por região e cada região expôs seus problemas para eles. Cada região expôs como estava cada Estado. Dentro da região Norte, o nosso Estado não é o pior, porque só o Amazonas, na região Norte, está bem, os outros estão ou devendo folha, ou fornecedor, ou não pagando a dívida. Há Estado do Norte que está questionando a dívida na justiça, porque vai ser cobrada agora. Então, o problema do FPE é exatamente esse, às vezes não conseguimos receber aquilo que almejamos. Por exemplo, nos três últimos meses agora, houve um crescimento de 8% em relação ao ano passado. Eu não sei se isso vai continuar...

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Quantos por centos a mais está previsto no orçamento? O problema é exatamente esse. Parece que o governo não trabalha em cima do que é aprovado no orçamento, ele tem, como referência, muito mais o ano anterior, ou uma expectativa de receita. Ele cria essa situação de dificuldade para o Governo do Estado. E ficou mais claro ainda, Deputado Flamarion, pois até a Peça orçamentária que aprovamos esse ano, nesta Casa, não foi devidamente publicada e reconhecida pelo Executivo. Estou me referindo às Emendas Parlamentares. O que não dá para aceitar, Senhor Secretário, é que o Governo do Estado tenha uma mídia muito forte, através da assessoria de comunicação, criando uma imagem perante a sociedade roraimense de que o Governo do Estado não está arrecadando como deveria. Pelo contrário, o Governo do Estado não demonstra à sociedade que houve, como Vossa Excelência acabou de falar, em comparação ao ano passado, um acréscimo de 8% do PFE. Se pegarmos o que foi aprovado, esse acréscimo, tenho absolutamente certeza que teremos algo em torno de 30%. Então, o Governo começa a criar despesas desenfreadas, foge daquilo que é planejado, que é o orçamento, que é o norteador das receitas e despesas do Governo do Estado, e cria essa dificuldade. Inclusive, Deputado Flamarion, chega ao ponto dessas despesas criadas por parte do Governo do Estado, sacrificarem o duodécimo dos Poderes. E olha que o duodécimo está previsto na Lei Orçamentária! Então, essa inverdade tem que acabar, porque a nossa expectativa de receita foi uma, mas não foi atingida. O que foi atingido foi o que foi aprovado no orçamento, de FPE, ICMS. Isso não é o suficiente? Será que a Secretaria de Planejamento manda para esta Casa um orçamento irreal? Não vamos subestimar o orçamento.

Estou muito mais partilhando essa preocupação com Vossa Excelência, porque são dados, no sentido de trabalharmos em cima de fatos reais e em cima da verdade no que diz respeito às receitas do Estado.

O Senhor Secretário da Fazenda Luiz Renato Maciel de Melo – É Deputado, como o orçamento é uma peça que prevê receita, dentro dessa previsão, a SEFAZ faz um cronograma que, às vezes, não atinge. E, às vezes, as Secretarias e as indiretas questionam, mas é porque da feita que atinge aquele limite, a SEFAZ, prudencialmente, fecha o orçamento daquela unidade. Há exceções em que é aberto? Há. Mas, a regra é quando atingir aquele limite, não pode gastar mais. Isso vem sendo feito agora. Começamos o ano passado e tudo está do mesmo jeito, a cada três meses cada um tem direito a esse percentual, se gastar acima disso, para, não gasta mais. Realmente o orçamento é uma previsão e é por isso que se fica nessa expectativa.

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Deputado Remídio Monai.

O Senhor Deputado Remídio Monai – Senhor Presidente, senhor Secretário, eu, que tenho minha base eleitoral voltada para o Sul do Estado, questiono as obras de recuperação de vicinais e de algumas pontes, pois, estamos nos aproximando do inverno e algumas dessas obras de recuperação já foram licitadas. Por isso, pergunto ao senhor, se está seguro e garantido que neste orçamento terá espaço para empenhar e executar estas obras ainda este ano? Também gostaria que o senhor esclarecesse melhor a questão do transporte escolar. Por exemplo, há empresários que ainda não receberam o valor do transporte escolar referente ao ano passado e, esses empresários voltaram a trabalhar este ano, licitaram e a Secretaria de Educação alega que não empenha e nem encaminha para a SEFAZ, porque a SEFAZ não dá o

aval, dizendo que não tem orçamento. Então, há uma inquietação por parte do pessoal do transporte escolar, pois eles não dispõem de mais recursos devido ao fato de terem ficado o ano passado sem receber e, já estão trabalhando este ano sem receber também. Então, estão preocupados em não terem mais condições de continuar trabalhando. Eles já estão pensando até em suspender os serviços até que saia o pagamento. Então, qual é a posição que o senhor daria, uma vez que a Secretaria de Educação não encaminha as notas pelo fato da SEFAZ dizer que não tem orçamento para autorizar esses pagamentos.

O Senhor Secretário da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Bem, Deputado, quanto a sua primeira pergunta sobre a recuperação de pontes e vicinais, a secretaria de infraestrutura tem um orçamento, uma cota, dentro da qual ela pode empenhar as suas despesas. Caso essas cotas sejam cumpridas, feito os empenhos, todos os procedimentos licitatórios vão para a SEFAZ para pagamento. O que pode estar ocorrendo, é que a SEINF não tem mais a cota trimestral. Se isso acontecer, ela tem que ir diretamente ao Governador, pois só ele libera cotas trimestrais. Todos os procedimentos administrativos que estiverem dentro da cota, são para serem pagos. Podem não ser pagos de imediato, mas estão dentro do orçamento e devem ser pagos. Só que agora, estipulamos essa cota trimestral e pode ser que todos esses serviços estejam dentro da cota que ainda vai ser empenhada, ou pode ser que já tenha extrapolado a cota, então terá que ser aberta uma nova cota financeira para eles. Quanto ao transporte escolar, é a mesma coisa. A Secretaria de Educação, há duas semanas atrás, já liberou nova cota financeira, em torno de vinte milhões de reais. E, pode acontecer a mesma coisa, extrapolar a cota que seria até junho, e fora esta cota, seja aberta uma nova, só com a autorização do Governador, porque aí ele estará sabendo que a educação estará utilizando uma nova cota que já é do próximo semestre. Então, nas duas situações pode estar acontecendo isso, ou seja, pode ser que todos os dois já tenham extrapolado suas cotas financeiras e aí, a SEFAZ fecha o orçamento para essas unidades.

O Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas – Com a palavra o Senhor Deputado Ivo Som.

O Senhor Deputado Ivo Som – Bom-dia Senhor Presidente, amigos Deputados, Senhor Secretário e demais presentes. Só para reforçar o que foi dito aqui, Vossa Senhoria sabe que eu estive, semana passada na SEFAZ. O Deputado Flamarion disse, nesta Tribuna, após o discurso da oposição, que o Governo tinha arrecadado quase seiscentos milhões de reais e que era dinheiro demais. Eu, preocupado, fui até a SEFAZ, na quarta-feira, mas não estive com Vossa Excelência e sim com os funcionários. Eu trouxe alguns dados que comprovam o que disse, como está registrado nos jornais locais. Só para que a oposição fique mais tranquila, quando eu disse que cem milhões de reais era da Folha de Pessoal, se somarmos o duodécimo dos poderes são mais de cem milhões. Eu falei em dois pagamentos e já chegou aos duzentos milhões. Estou aqui com o relatório contendo todas as despesas, como, por exemplo, a construção de unidades de saúde, os investimentos na Polícia Civil, os investimentos em saneamento básico. Mas, só não vê quem é cego, pois para se andar em Boa Vista está complicado, você faz um circuito danado, mas se fosse uma obra para a cidade ficar bonita, todo mundo estava enxergando. Como a obra fica debaixo do chão, só vai valer pela vida e pela saúde das pessoas. Então, só quero, por justiça, lhe parabenizar. Eu estou tranquilo quanto à aplicabilidade dos recursos do Estado de Roraima, diferente dos Estados do Pará, Minas Gerais e Maranhão, onde os funcionários estão de três há oito meses com salários atrasados. No Estado do Pará, há obras com convênios da fonte 001 paralisadas há mais de um ano, obras que foram prometidas no ano passado. Resumindo, mal começaram as obras e já pararam. Então, eu fico feliz porque só em saneamento básico foram gastos quarenta e dois milhões de reais, só a partir de janeiro. Isso mostra que esse Governo é transparente, porque, às vezes, só se joga pedras no telhado dos outros. Parabenizo esta Casa pela iniciativa e o Secretário por se fazer presente para prestar os devidos esclarecimentos. Muito obrigado.

O Senhor Secretário Estadual da Fazenda (Renato Marciel) – Deputado, eu também gostaria de agradecer e de dizer que a SEFAZ está a disposição. Apesar desse ser um cargo político, nós somos técnicos. A maioria preza por esse lado e temos respeito por todos os poderes, por todos os credores do Estado. A SEFAZ está disposta a conversar com todo mundo e a mostrar o que está acontecendo. Esse demonstrativo estará no Portal da Transparência do Estado. Então, eu não posso esconder nada, porque o Tribunal de Contas pode pedir, o Ministério Público pode pedir. Portanto, não tem porque ficar

escondendo. Para mim, é uma honra apresentar isso.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Com a palavra a Senhora Deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Doutor Renato seja bem-vindo, mas eu não tenho nada para perguntar. Só queria dizer que antes de ontem, nós tivemos uma reunião com o Governador e ele demonstrou preocupação com o custeio do Estado, objeto de discussão nosso. Eu olho aqui essa planilha e, eu já havia aqui, feito uma conta aritmética tirando aqui, o FUNDEB, Saúde, Segurança, pagamento do Estado de duodécimo. Eu não sabia quanto era de transferência para os Municípios e os outros itens. E, já tinha dito aqui, que aritmeticamente somando só isso, a gente já via a situação do Estado. Eu havia dito isso numa Sessão. E, hoje isso daqui é muito bem vindo. Eu me preocupo justamente quando a gente escuta que o Estado não está pagando água, luz, combustível, não está comprando remédios, porque 12 milhões FUNDES a gente sabe que não paga a folha de médicos. Então, isso veio a corroborar tudo aquilo que como base do Governo tem tentado dizer. E preocupa imensamente essa questão, cadê alimentação de presídios, de hospital, cadê a medicação, cadê o pagamento do custeio da máquina do dia a dia, dos carros, dos veículos, do combustível. Então, não está incluído aqui e não tem realmente como pagar, não tem como bancar. Então, eu acredito que por si só, essa planilha diz tudo, digo isso porque eu sempre estou lá com você toda hora, perguntando tentando saber. E aqui está detalhado cada uma das obrigações do Estado. Foi muito boa a sua vinda aqui, esclarecedora, colocou as questões como tem que colocar, com os detalhes que nós da base governista muitas vezes não temos conhecimento de todos os itens, por exemplo, o que paga de REFINS, de PASEP não temos um dado real. Então, eu só quero dizer que foi dentro daquilo que é a função do Estado de esclarecer a Assembleia, eu acho que alcançou totalmente seus objetivos. A preocupação que colocamos para o Governador naquela reunião e o que ele colocou para a gente, o custeio do estado tem sido difícil. Eu não estou vendo aqui, como é que você está pagando folha de terceirizadas, bolsas de estudos, ou seja, uma série de questões que hoje são pendências que temos visto todos os dias na televisão. E que não constam aqui, é a preocupação com aquilo que se diz todos os dias não tem recursos no Estado. Então, quero agradecer sua vinda aqui, foi esclarecedora, acho que transparente, não vou contestar dinheiro de convênios porque são recursos específicos e ainda onera o estado porque tem que ter contrapartida. A gente já perdeu convênios no estado porque é difícil assumir mais despesa de contrapartida. Muito obrigado.

O Senhor Secretário Estadual de Finanças (Renato Marciel) – Deputada, algumas dessas despesas estão dentro dos restos a pagar ou dentro das despesas de 2013, porém a relação é extensa. Se eu for nomear tudo aqui é complicado, porque têm faturas pequenas. Pode ser que exista alguma dívida do Governo ainda que não esteja na SEFAZ.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, eu não tenho nenhuma pergunta a fazer. Deputado Ivo Som, falou aqui que na semana passada, o Deputado Flamarion deu um show falando em receita que era muito dinheiro. E, é verdade Deputado, Vossa Excelência disse que ele falou em seiscentos milhões, mas foram seiscentos e vinte e dois milhões, trezentos e vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e nove. Enfim, a arrecadação foi maior do que o Deputado Flamarion colocou. A deputada Aurelina disse que tem que tirar FUNDEB, outros fundos, mas os recursos desses fundos também ficam aqui, não vão para outros Estados.

Eu quero fazer uma observação, e, é uma questão de Governo e não de Secretaria de Fazenda, o problema não está em arrecadar Deputado Naldo, porque a arrecadação mais os repasses como disse o Deputado Flamarion, em convênios e emendas parlamentares, enfim recursos que entram no Estado, o problema está em como investir esses recursos, uma coisa é investir, outra é gastar, outra é custear. O Custeio do Estado está altíssimo e a culpa é dos gestores, parte dessa culpa é da Assembleia Legislativa aprovando aqui muitas despesas que lá na frente o Estado não vai ter como arcar, e a culpa também vai ser nossa, por que nós aprovamos. Então vejam bem, o custeio do Estado já está nas alturas, os gastos! Esses sim podem ser cortados, aí o Governo tem que trabalhar para cortar gastos, e uma das prioridades seria acabar com essas Secretaria Extraordinárias, que é gasto, não é investimento e nem custeio, são gastos desnecessários, que poderiam ser cortados. E o quanto aos investimentos não se pode cortar nunca, por que o Estado nunca vai se desenvolver senão houver investimento, nós temos que trabalhar com custeio responsável, e com investimento

e cortar os gastos, e nós sabemos o que é gastos, é fácil detectar gastos, se o Governo empreitar e pagar se corta gastos, quando não paga em dia o custo da obra é maior, os que vão para a licitação vão com os preços maiores, enfim, se nós administrarmos este Estado aqui um dia, com a meritocracia, se administrarmos este Estado como se administra uma empresa, corta-se gastos e sobra dinheiro e não vamos estar na Folha de São Paulo como aparecemos agora como Estado que gasta mais do que arrecada, isso é irresponsabilidade! Na minha casa se eu gastar mais do que eu ganho eu sou irresponsável, por que eu não vou pagar! Se eu receber cem e gastar cento e cinquenta eu vou ficar devendo cinquenta, quem como mais do que o que tem ta comendo o pão de alguém. Este é o nosso caso, alguém está perdendo, aí a classe empresarial que não recebe! Ou é o funcionário público que não recebe! É o duodécimo que atrasa! É o Governo que quer aumentar receitas! No lugar de aumentar receitas, vamos cortar gastos, quando se aumenta receita a classe empresarial ela nem sofre tanto, por que o empresário repassa todos os tributos para o consumidor final, quem vai perder é aquele que vai comprar, por que o custo de vida vai aumentar. Então é uma política de colocar a coluna de despesa, uma de receita e trabalhar uma gestão pública competente, como se trabalhou o Estado do Mato Grosso, Pernambuco, e eles estão equilibrando as suas despesas e receitas, e estão dando uma melhor qualidade de vida ao seu povo.

Agradeço a Vossa Excelência por ter vindo aqui, mas a questão é como está sendo gasto? E onde está sendo gasto? Quais são as prioridades? A questão é como aplicar esse montante que está sendo arrecadado todos os meses.

O Senhor Deputado Erci de Moraes - bom dia Doutor Renato, estou satisfeito com vossa presença na nossa Casa, e trouxe aquilo que foi solicitado, de forma objetiva, direta sem escamotear a verdade. E é isso que nós queremos, independente de situação e oposição. Ter conhecimento pleno da situação financeira do Estado. Fiquei satisfeito com o que eu ouvi, não vou formular outras perguntas por que as dúvidas que eu tinha já foram equacionadas nas perguntas dos colegas que me antecederam, mas apenas colocar que a situação do Estado de Roraima não é a única, só a título de informação aos colegas, eu li há poucos dias, a título de precatórios por exemplo, de uma decisão da justiça que não permite o parcelamento, e não permitindo em se levar ao pé da letra, São Paulo estaria com 56% do seu orçamento comprometido para pagar precatórios. Por outro lado entendo que, nós devemos nos acostumar entrar agora numa outra forma de abordar nossas questões a nível legislativo, porque não resta dúvida que deverá se consolidar a necessidade da transparência absoluta na função pública, além do mais acredito que nós passaremos por alguma dificuldades ainda, porque é preciso que se invista para ter retorno. Por fim, imagino sua situação quanto secretário de finanças com as pendências que o Estado ainda tem, se torna verdadeira porta da esperança, todo tem esperança de chegar lá e ver seus problemas resolvidos, mas nem sempre é possível como seria de desejar. quero agradecer mais uma vez sua presença e sobretudo a objetividade que vossa senhoria se portou, atendo exatamente naquilo que foi questionado. Muito obrigado.

O Senhor Secretário Estadual de Finanças (Renato Marciel) – Quero lhe agradecer também e dizer que a Secretaria da Fazenda vem buscando uma prudência em suas ações, principalmente na parte de fiscalização a gente tem um método de fazer as coisas diferentemente e acho que chegando a um bom senso você consegue pelo menos amenizar a dor de quem já está doente. O problema é que eu acho que a gente tem que as vezes dá uma cortada maior, não por que a gente quer, mas por que as dificuldades do dia-dia obrigam a gente fazer isso. Mas a SEFAZ com a SEPLAN estão sempre se reunindo com o Governador para expor o que está acontecendo e para tomar as precauções que achamos que tem que tomar, e esperando que a agente possa pelo menos melhorar mais o Estado.

Questão de Ordem do Senhor Deputado Ivo Som - Deputado Brito! Quero lhe parabenizar e dizer que o Deputado Flamarion estava faltando com a verdade...e agradecer ao Deputado Flamarion por que senão fosse suas colocações não teria vindo um Secretário com uma planilha detalhada demonstrando transparência. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Me parece que o Deputado Flamarion tem mais uma observação a fazer, mais antes disso, gostaria de fazer algumas colocações.

No início dos anos 90, as finanças públicas do país em todo nível da federação ela se caracterizava por um forte desajuste fiscal, resultado de mais uma década de desorganização econômica e altas taxas de infração, e a gente sabe que o equilíbrio fiscal, ele era

artificialmente por um meio chamado imposto fracionário, que era utilizado como fonte de financiamento de gastos públicos, com o advento do plano real o controle da infração provocou o desmonte dessa estrutura de financiamento do gasto, ao promover o fim do imposto inflacionário, isso resultou que no desajusto das contas públicas obrigando todos os entes federados que promoverem um forte reajuste fiscal. Foi nesse contexto dado risco do desequilíbrio financeiro dos Estados e de comprometer a economia do país e união da Lei de 9.496 de 11 de setembro de 1997, estabelecendo critérios para o refinanciamento da dívida pública mobiliária, no caso o GPDI, quando deveria naquele momento, ou posteriormente, o GPDI parecia ser o mais favorável, mais na verdade o que mostrou foi PCA. Porque estou falando isso, Senhor Secretário, nesse período de 1998 a 31 de dezembro de 2012, o indexador escolhido GPDI, para estabelecer a taxa de juros dos Estados, pagariam nas dívidas com a união cresceu 222%, enquanto que, o PCA cresceu apenas 137%, ou seja, os Estados foram induzidos a refinar suas dívidas com indexador que cresceu quase 100% mais que o indexador que era favorável aos Estados, isso ficou comprovado os estudos nesse sentido, de que há uma relação perversa, um tratamento perverso da união com os Estados no pagamento da dívida pública dos Estados. Temos caso como de Minas Gerais, por exemplo, que 1998, ao refinar sua dívida era de 30 bilhões, nesse período de tempo pagou mais de 50 bilhões, e ta devendo 70, ora a dívida era 30 milhões, pagou mais de 60 milhões juros, taxas, e não amortizou nada, porque a dívida hoje é mais de 70 milhões de reais, em razão disso há um movimento nacional, capitaneado nacional dos legislativos estaduais, visando conhecer a dívida dos Estados perante a união e buscar, negociar através da participação das bancadas estaduais, dos legislativos das assembleias, como também das bancadas federais, para que a gente possa conversar com a união e buscar um entendimento e renegociamento dessa dívida. Aqui no antro do nosso Estado, o Presidente da Assembleia, com a sensibilidade e conhecimento de causa, nomeou uma Comissão Especial para tratar da dívida pública da união do Estado de Roraima, perante a união, da qual fazem parte alguns parlamentares: Flamarion Portela, Erci de Moraes, Joaquim Ruiz e eu sou Relator desta Comissão, e nós encaminhamos um ofício a vossa excelência, acerca de um mês, solicitando algumas informações, para que pudéssemos embasar no nosso entendimento, para que após isso, submeta ao Plenário esse Relatório que deveremos apresentar. Esse ofício foi protocolado no dia 19 de março de 2013, e trás 12 perguntas, 12 questionamentos, afim de que possamos estudar e conhecer o processo de endividamento do Estado perante a união, e se existe realmente esse endividamento com base na lei 9.496, para que a gente possa ir ao Congresso Nacional, Ministério do Planejamento, e que possamos sensibilizar o Governo Federal e fazer esse refinanciamento com indexador mais justo. Nós fizemos essas colocações dentro... A sua visita na verdade era para tratar de orçamento mas como surgiu questionamento relacionados ao endividamento do Estado, e a Assembleia Legislativa quer ser um parceiro do Poder Executivo nesta questão e trouxemos essa questão por que temos urgência em dá uma atenção especial em resposta a este Ofício que foi aprovado pela Comissão.

O Senhor Secretário Estadual de Finanças (Renato Marciel) – Já estou respondendo o Ofício, para a gente é bom também, por que vai ajudar o Estado a pelo menos brigar por alguma coisa. Mas, semana passada a gente participou de uma reunião no Ministério da Fazenda com todos os Estados, e lá foram discutidos vários pontos, e hoje estão votando o novo percentual do FPE, provavelmente o Estado vai perder se a gente não fizer... nós reunimos na semana passada com os Senadores Romero Jucá e Ângela Portela, todos dois têm conhecimento, já passei a planilha para eles, nessa negociação com a União eles querem englobar tudo, FPE, dívidas do Estado e Alíquota do ICMS, só que a alíquota do ICMS não tem consenso das regiões, então a briga está cada vez mais acirrada, e na semana passada nós reunimos inclusive com o relator, o Senador Delcídio do Amaral para explicar qual é o problema da região norte com relação ao ICMS, e com o FPE, e com relação as dívidas, ele realmente ficou abismado, por que ele não sabia que acontecia esse tipo de coisa na região norte, mas disse que ia se reunir com a Senadora Ângela Portela e com o Senador Romero Jucá para poder verificar o que eles podem fazer na Comissão. Por que os Estados colocaram que do jeito que está muitos Estados vão parar de pagar dívidas. Roraima ainda é um dos poucos que vem pagando normalmente, tem alguns Estados que já estão recorrendo na justiça. Então, esta Comissão vai ajudar a brigar por isso, porque realmente é uma decisão que vem da União e nós vamos ter que dá um

jeito de melhorar para o Estado. Por que para Roraima é muito difícil, inclusive nós estamos querendo mudar o índice para IPCA mais 6, o que seria ideal para os Estados, a União está questionando, mas já tem uma Comissão do COMFAZ que vai esta semana para Brasília questionar isso. E o auxílio da Comissão para a gente é ótimo, por que a gente vai ter mais parlamentares verificando a possibilidade de redução desses juros.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Nós só temos agradecer, na certeza de que tudo será resolvido. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – uso do expediente para parabenizar Vossa Excelência no comando da Casa, e parabenizar também o nosso Secretário pela transparência que ele colocou para a gente, que dera que outros Secretários vissem aqui como no nosso Secretário da Fazenda, que colocou e abriu tudo aquilo que já é constitucionalmente direito do Cidadão. Parabéns Secretário!

O Senhor Presidente Coronel Chagas- muito obrigado Deputado Joaquim Ruiz. Quero também agradecer ao Senhor Secretário pela forma clara e objetiva que apresentou, sem querer esconder nada, até porque sua conduta tem demonstrado isso, eu tenho certeza que sua presença serviu para tirar muitas dúvidas aqui dos membros deste poder, e desejo sucesso no seu trabalho e ficamos no aguardo das respostas do expediente da Comissão Especial da Dívida Pública.

O Senhor Secretário Estadual de Finanças (Renato Marciel) – quero agradecer em nome do Governo do Estado a oportunidade de a gente demonstrar para a Assembleia Legislativa como se encontra as finanças do Estado, e informar que qualquer documento deste estilo da Secretaria da Fazenda estará no portal da transparência da Controladoria Geral do Estado. Por que eu acho que não cabe a nenhum gestor esconder algum tipo de informação que um dia pode ser preciso. Tem vários órgãos de controle que essas informações vão para eles, e eles têm acesso ao acervo do FIPLAN via internet. Então, Desejo a todos Deputados um feliz mandato e a Secretaria da Fazenda continua aberta no que pudermos, desde que não interfira em nenhuma ilegalidade para a Secretaria, como por exemplo o fisco, para que não dê nenhuma informação que seja confidencial. Muito obrigado!

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Agradeço a presença do Secretário Renato Marciel e a todos os Parlamentares que participaram desta Comissão Geral, foi alcançada sua finalidade. Declaro encerrado a Comissão, e retorno a Sessão.

Está reaberta a Sessão.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Gostaria de solicitar de Vossa Excelência, o Horário de Liderança destinado aos partidos e vou cedê-lo ao Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – com a palavra o senhor Deputado Brito Bezerra utilizando o horário de liderança.

O Senhor Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, meu líder Deputado Soldado Sampaio. Obrigado por esta oportunidade senhoras e senhores.

Senhor Presidente, em virtude de uma Audiência Pública que vai ter amanhã na Câmara Municipal e eu vou participar como o Presidente da Comissão de Indústria e Comércio e Turismo, e amanhã não terei a oportunidade de estar aqui me pronunciando e com Vossas Excelências, solicitei ao nosso líder que me desse essa oportunidade.

Primeiramente Senhor Presidente, gostaria de fazer alguns comentários sobre a lei que regulamenta a vaquejada como prática e desportiva e cultural do nosso Estado, principalmente para esclarecer as Vossas Excelências que votaram nesta lei, que me apoiaram nesta luta junto com o Deputado Chico Guerra, que votaram e aprovaram aqui nesta Casa para esclarecer que esse projeto Deputado Ivo Som, vem trazer segurança jurídica para os promotores de eventos, segurança para o público que gosta do evento de vaquejada, ou seja, os animais não poderão andar onde estão as pessoas, as cercas não poderão mais ser de arame farpado, nós prevemos no corpo desta lei, que não poderá ter maus tratos aos animais, ou seja, o competidor que mal tratar, ele vai ser automaticamente ser desclassificado do evento, prever na lei que tem que ter uma ambulância com profissionais e saúde habilitados e qualificados para prestar os primeiros socorros, a quem tiver necessidade de atendimento, seja competidor, seja o público em geral, prevemos também que terá que ter profissionais que cuide da sanidade dos animais, que os animais que competem naquela prova seja cavalos ou bois tenham tendas para não ficarem expostos ao sol, tendas nos currais, tem que ter alimentação adequada, água, enfim, nós tivermos todos os cuidados para que houvesse bons tratos aos animais, ao contrário de antes. Antes não existia uma lei para

regulamentar e aí esse evento de maneira clandestina poderia ocorrer maus tratos aos animais e essas pessoas não iriam ser punidas. Não tinham como acionar o Ministério Público do Meio Ambiente, a Justiça. Não tinham regras para desclassificar o competidor, enfim, era um evento clandestino, que não tinha nenhuma regulamentação. Aqueles que estão nas redes sociais, que cometem que a vaquejada não traz benefício nenhum para o setor de eventos aqui no nosso Estado, engana-se. Deputado Chico Guerra, a Associação dos Vaqueiros de Roraima Vossa Excelência foi um dos autores da lei, esteve comigo em conversação com eles, e eles me passaram dados, 20 milhões de reais são movimentados por anos nesses eventos, gerando emprego e renda para vaqueiros, para as pessoas que vendem alimentos, bebidas alcoólicas ou não, que trabalham com transporte de animais, enfim, aquelas pessoas que vendem ração, que tratam de animais, é um evento hoje que movimenta 20 milhões de reais no Estado de Roraima. Portanto, esta lei que todos os Deputados aqui que estavam presentes e votaram a favor quero dizer que é uma lei que traz segurança para o evento. Quero deixar bem claro para Vossas Excelências que votaram numa lei que só trará benefícios para o Estado. Se indagados por alguém Vossas Excelências já sabem que votaram certo e que não existe preocupação alguma em maus tratos com os animais, pois é uma lei que prever que tem que haver bons tratos com os animais.

Gostaria de deixar bem claro, que essa lei vai regulamentar a segurança para que promove o evento, bem como ao público, enfim, é um projeto que só beneficia a todos.

Quero dizer as Vossas Excelências que esta Lei Deputado Chico Guerra, Senhoras e Senhores Deputados foi sancionado pelo Senhor Governador José de Anchieta Júnior, no sábado num evento que nós participávamos, dois empresários amigos meus dirigiram esse vento no Jôquei Clube que contou com a presença nos três dias, com mais de oito mil pessoas e o Governador do Estado foi lá, sancionou a lei por entender que ela trazia benefícios para o povo de Roraima e aí surgiu várias especulações, algumas indagações “ Deputado Brito Bezerra, você do lado do Governador? como pode você está do lado do Governador?”. Senhoras e Senhores meu líder deputado Sampaio, desde que seja para beneficiar o povo do Estado de Roraima, eu fico do lado del sim, fico do lado do Governador. Ele foi lá na nossa vaquejada, Deputado Ivo Som, teve essa ombridade e sancionou esse projeto de lei que vai gerar emprego e renda para o nosso povo e a democracia permite, meu Vereador Luiz do Posto, lá de Rorainópolis, a democracia permite, somos adversários, não somos inimigo, no meu pronunciamento, eu fui claro. “Somos de grupos políticos diferentes, mas Vossa Excelência está vindo aqui sancionar uma lei, demonstrando respeito a este público e a esse parlamentar, eu agradeço e louvo por esta atitude”. Eu jamais me tornarei inimigo por questões políticas, podemos ser adversários, e podemos convergir quando o interesse do povo for maior meu amigo Neto Guerra, nós podemos convergir sim, porque nós fomos eleitos para estar a favor do povo, sem questões partidárias. Questões partidárias a parte. Foi no evento, no Jôquei Clube, recebi, sancionou a lei, elogiei, parabenizei pela lei e volto a parabenizar aqui pela atitude de ter ido lá no nosso evento sancionar essa lei e trazer agora a segurança para todos aqueles que competem e que gostam daquela feste e que vão amantes do esporte vaquejada.

Agradeço e deixo esclarecido, somos de grupos políticos diferentes, mas neste evento estivemos juntos e ele sancionou uma lei que veio beneficiar a todos aqueles que participam desse esporte e que amam a vaquejada.

Era isso que eu tinha Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, todos aqui presente. Obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Não havendo mais orador, passamos para o expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente gostaria de convidar a Comissão de Educação e demais Parlamentes que queira participar, amanhã na sala de reuniões a Primeira dama do Estado e a Secretária do Trabalho estarão entregando o Projeto de Reformulação da Bolsa Universitária para a Comissão de Educação, amanhã às 11 horas, após o término da sessão.

Quero convidar também aqui a Comissão de Educação e qualquer parlamentar que queira participar da reunião que haverá amanhã no auditório da Universidade Estadual às 19:30 com a Comissão de Educação do Estado da Assembleia Legislativa para discutir a reforma da educação. Vão estar envolvidos todos os Secretários municipais de educação, sindicatos lá na UERR

O Senhor Deputado Ivo Som – Só para enaltecer o que falou o Deputado Brito no Horário de Liderança, estávamos no Uiramutã

Deputado Brito, e eu ouvi pessoalmente do Governador quando ele disse que tinha pressa em volta justamente para ir ao enterro da Vereadora Valcíria e imediatamente ele queria voltar para ir até ao Jôquei Clube justamente para sancionar a lei, pois ele entende que não se trata de questões partidárias, e sim de um projeto que ele entende como importante para o Estado. Inclusive a Primeira Dama reforçou que ele deveria vir, porque sabemos que o seu projeto é de grande importância ao povo de Roraima. Se em outros Estados, além de aprovar e depois tentar impedir, eu acho que aqui no nosso estado vai ser diferente. Inclusive estive com o Dandaezinho e ela estava muito feliz com a aprovação dessa lei, inclusive nesse final de semana vai ter as vaquejadas na AVR e vão levar a frente a cada município levando o nome e do Governador porque entende que isso só engrandece e valoriza esporte. Um abraço e parabéns.

O Senhor Deputado Chico Guerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados quero aqui colocar a nossa indignação com a denúncia feita contra o Deputado Marcelo Natanael. Gostaria de pedir ao Corregedor que dê celeridade nesse processo para que a gente possa tomar as providências cabíveis no sentido de que entendemos que foi seciado o trabalho do Deputado, não acreditamos que o que lá está escrito na denúncia o Deputado tenha feito, conhecendo o Deputado, não é da seu comportamento tomar esse tipo de atitude que consta lá, e gostaríamos de dizer a vocês que a Mesa Diretora vai cumprir aquilo que corregedoria encaminhar a nós, porque o que nós vimos ali é uma retaliação ao trabalho que o Deputado fez no Estado todo, que é radiografia de como se encontra a saúde do Estado, uma radiografia crua e nua daquilo que realmente está acontecendo no Estado. Eu entendo que o Secretário poderia ter pego esse documento para que ele tenha o número maior de informação de como está funcionando o Estado no interior, às vezes ele não tem conhecimento das coisas e aquele material, é um material rico em informação, poderia em muito ajudar a saúde do Estado, por isso fica aqui a nossa indignação e gostaria Senhor Corregedor que apreze o mais rápido possível, para que a gente possa tomar as providências cabíveis.

A Senhora Deputada Ângela A. Portella – Obrigada Saenor Presidente, a Comissão da família que também em defesa da criança e do adolescente, está fazendo uma campanha de conscientização pedindo que todas as pessoas que estão fazendo a declaração de imposto de renda que tem até o dia 30 de abril, possa está doando 3% do imposto devido, quando vai fazer o pagamento, faz a doação imediato de 3%, quem tiver interesse, para instituições de defesa da criança e do adolescente ou para o próprio Conselho Estadual CEDCAR. É muito importante além desse dinheiro ser creditado imediato, é uma oportunidade de estar aparelhando os Conselhos Tutelares que tem um trabalho primordial na defesa da criança e do adolescente e que hoje no Brasil inteiro, Roraima não é diferente, se encontram sem estrutura suficiente para fazer o seu trabalho. Então, nós enquanto parlamentares conversarmos com os nossos amigos, também nas nossas oportunidades de usar a mídia, tribuna, e nós mesmo enquanto pessoas físicas no momento da declaração que a gente possa também está pensando também nessa possibilidade. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente, eu gostaria de me solidarizar com o Deputado Marcelo Natanael, eu li o relatório que o Secretário de Saúde mandou para esta Casa, achei deselegante, abusivo, uma falta de respeito com um membro desta Casa, porque que acho que o Deputado foi eleito pelo povo para fiscalizar, ele não precisa marcar hora para ir fiscalizar nenhuma instituição pública do Estado. Ele chegou no horário comercial, é obrigação onde ele chegar ele ser respeitado como ele foi eleito. Ele foi eleito exatamente, não foi para marcar hora para fiscalizar nenhuma instituição pública, ele não precisa ligar para o Secretário, nem para o diretor do hospital, nem para diretor de posto de saúde dizendo que vai, para que eles possam se preparar.

Quero aqui me solidarizar, eu com 22 anos de medicina, já tive problema nesse sentido, acredito que qualquer um Deputado, ele foi constituído pelo povo de Roraima para fiscalizar, a função primordial do Deputado é fiscalização e na realidade achei extremamente deselegante por parte do Senhor Secretário de Saúde e é meu amigo particular, mas como Secretário, acho que a postura dela em relação a um membro dessa Casa, seja ele de situação, ou de oposição, ele precisa ser respeitado. Acho que invés de encaminhar para Corregedoria deveria chamar era o Secretário na Corregedoria ou aquelas pessoas. Não acredito que o Deputado tenha feito arrombamento de porta, até porque conheço o Deputado, e entendo

que às a oposição faz crítica exagerada, mas nesse sentido eu acho que o deputado deve ser respeitado nas suas prerrogativas, e entendo que um membro desta Casa foi desrespeitado nas suas prerrogativas de fiscalizar o Poder Público, seja ele municipal, estadual ou qualquer extensão, não pode um Deputado ser seccionado dos seu direito de fiscalizar, seja no hospital, seja onde for, se chegou lá, o Diretor é quem tinha que tá lá para acompanhá-lo, não precisa ele avisar o dia e a hora que ele vai fiscalizar. É obrigação do Diretor na hora comercial de ele está lá no hospital ou outro representante legal.

Então, na realidade eu me senti ofendido quando li aquele relatório que foi encaminhado. Fazer uma queixa na delegacia porque o Deputado foi no hospital? Doutor, acho que estão extrapolando os direitos de que eles não têm, e um direito que foi concedido ao um membro desta Casa pelo povo de Roraima.

O Senhor Deputado Naldo da Loteria – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero parabenizar o Deputado Brito pela feliz iniciativa o Projeto de Lei que veio regulamentar a prática do vaquejada em todo Estado de Roraima, uma vez que essa realização desses eventos tem gerado quanto na contribuição e geração de renda das pessoas no nosso Estado e também solidarizar com o Deputado Marcelo Natanael e dizer que antes que o Secretário tomasse essa iniciativa, ele tinha que primeiro se dirigir ao Tribunal de Contas e prestar esclarecimentos pelas irregularidades que tem sido encontrado dentro daquela secretaria. Aí sim é um caso de polícia, não o Deputado fazer o trabalho dele. Era isso Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Primeiro quero registrar a presença aqui no nosso plenário do Vereador Luiz Gonzaga, de Rorainópolis que compõe a Mesa Diretora daquela Câmara. Seja bem vindo, com certeza veio tratar de interesses dos cidadãos de Rorainópolis. De ante do que foi colocado aqui Senhor Presidente, nós queremos enquanto bancada de oposição hipotecar todo nosso apoio ao Deputado Marcelo Natanael, como bem falou o Deputado Célio Wanderley, líder do Governo, não estava fazendo nada mais, nada menos do que seu dever e sua obrigação enquanto parlamentar que é fiscalizar. Marcelo veio aqui na Tribuna apresentou uma relatório inclusive com aval do CRM que demonstrou a real situação da saúde do nosso Estado. É claro que o Secretário não gostou e aí ele usa de estratégia deputado Célio, não é a primeira vez, numa visita que nós fizemos, eu os Deputados Brito e Dhiego ao hospital geral, e não foi diferente, fomos molhar as condições da alimentação fornecida aos pacientes, pois tinha queixa, denúncias, e o Secretário por pouco, o Deputado Brito lembra daquela cena muito bem, quase nos agrediu fisicamente, porque verbalmente foi uma verdadeira afronta. Ele se sente dono da saúde, melindrado, o todo poderoso quando um parlamentar simplesmente nas funções do seu dever, vai fiscalizar e o que é mais, protocolo nesta Casa na Corregedoria contra os Deputados Brito, Dhiego e contra a mim e está aí a Corregedoria não apurou, simplesmente constatou que fizemos o nosso papel, nosso dever.

Então, em nome da bancada da oposição estamos hipotecando todo o nosso apoio e inclusive já indicamos junto ao Presidente Chico Guerra o Deputado Marcelo Natanael, assim como também faço parte de 1/3 dessa Comissão Especial que vai ser criada para analisar aquele parecer que o Tribunal de Contas mandou para esta Casa, não conseguimos enxergar nenhum impedimento para Deputado Marcelo Natanael, o que o secretário quer é isso, porque aí ele vai na delegacia, na Corregedoria e daqui uns dias ninguém ninguém pode sequer falar um aí do Secretário porque ele representou na Delegacia e Corregedoria, ou seja, eu não vejo porque Deputado Chico Guerra nós e aí a bancada de oposição mantém o nome do Deputado Marcelo Natanael nessa comissão juntamente com o meu nome. Obrigado, era isso Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Chico Guerra – O pedido que a Corregedoria faça isso, é para que a Corregedoria convocar o Secretário que venha aqui. Na Corregedoria, o Corregedor tem poderes para convocar o Secretário para que ele venha dar explicações na Corregedoria. É isso que nós queremos que abra um procedimento dentro da corregedoria para a gente possa ouvir o Secretário lá.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente na função de corregedor eu não posso me dar o direito que os Senhores meus colegas têm de antecipar um pré julgamento. Eu tenho dever, obrigação e a ombridade de ser isento. Então, eu peço até desculpa aos colegas, mas vou conduzir o assunto como conduzi todos os anteriores, com absoluta isenção, prudência e bom senso. Eu não posso antes de ter sequer analisado um documento e dizer que A ou B errou ou pecou. Eu tenho que primeiro apurar, só depois de apurar darei conta a todos os senhores de qual foi a

conclusão que chegou a corregedoria. Foi assim que nós agimos nas outras e a gente tem procurado agir dessa forma. Também nunca me neguei cientificar um colega tao logo ele seja denunciado, nunca nem esperei por formalidades, que é aí o meu lado colega.

Agora, nesse particular, a gente vai agir com presteza e a maior rapidez possível, mas sem prejuízo de que se possa fazer

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 11, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Angela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicó da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, George Melo, Ivo Som, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 11/04/2013

## ATAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA  
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES  
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES  
**COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 003/13**

Memo nº 001/2013

Em: 07/05/2013.

Da: **Comissão Especial Externa**

À: **Gerente de Documentação Geral**

Senhora Gerente,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, Ata da **Arguição da Senhora Rosirayna Maria Rodrigues Remor**, realizada no dia 26 de março do corrente, desta Comissão, para ser publicada extemporaneamente.

**Soldado Sampaio**

Presidente da Comissão

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 003/13, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2013 PARA ARGUIÇÃO DA SENHORA ROSIRAYNA MARIA RODRIGUES REMOR E DELIBERAÇÃO DO PARECER CONCLUSIVO**

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às dez horas e cinquenta minutos, no Plenário Valério Magalhães, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução n.º 003, de 21 de fevereiro de 2013, destinada a arguir a Senhora Rosirayna Maria Rodrigues Remor, nos termos do art. 33, inciso XVIII, da Constituição do Estado. Indicada pelo Chefe do Poder Executivo para exercer o Cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FEMARH, conforme Mensagem Governamental nº 011 de 15 de fevereiro do corrente, sob a Presidência do Senhor Deputado **Soldado Sampaio**. Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

### **I – ABERTURA DA REUNIÃO**

O Senhor Presidente, Deputado **Soldado Sampaio** – Havendo quorum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão. Solicito à Secretária desta Comissão, que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

### **II – LEITURA DA ATA**

O Senhor Vice-Presidente, Deputado **Jânio Xingu** – Solicito a dispensa da leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão, para conhecimento do seu teor.

O Senhor Presidente, Deputado **Soldado Sampaio** – Foi dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior, pois o teor da mesma era do conhecimento de todos os Deputados. Colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a a votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão.

### **III – EXPEDIENTE (Não houve)**

### **IV – ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente, Deputado **Soldado Sampaio** – Comunico aos Senhores Deputados membros desta Comissão que o objetivo da reunião é realizar a arguição da Senhora **Rosirayna Maria**

**Rodrigues Remor**, indicada pelo Chefe do Poder Executivo para exercer o Cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FEMARH. Solicito ao Senhor Relator desta Comissão, Deputado **Marcelo Cabral**, que proceda à leitura da Ficha de Identificação da Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor**.

O Senhor Relator, Deputado **Marcelo Cabral** – Nome: Rosirayna Maria Rodrigues Remor; Registro Geral:68007 SSP/RR; CPF: 270952902-53; Filiação: Raimundo Rodrigues Bezerra e Rosa de Almeida Rodrigues; Data de nascimento: 20/07/1968; Profissão: Médica Veterinária; Nacionalidade: Brasileira; Naturalidade: Roraima; Estado civil: casada, Endereço residencial: Rua: Genipapeiro, 316, Caçari. Essa é a identificação da Senhora Rosirayna Maria Rodrigues Remor, Senhor Presidente.

**O Senhor Presidente Deputado Soldado Sampaio** – Passamos a palavra à Senhora Rosirayna para suas considerações iniciais, e expor suas metas à frente da FEMARH; e logo em seguida abriremos espaço para questionamentos dos Senhores Deputados.

**A Senhora, Rosirayna Maria Rodrigues Remor** - Bom dia a todos os Deputados Membros desta Comissão. Gostaria de apresentar, se for possível, alguns slides rápidos para sistematizar melhor a Fundação e os trabalhos, não sei poderia se é possível.

**O Senhor Presidente Deputado Soldado Sampaio** – Tranquilo, sem problema.

**A Senhora, Rosirayna Maria Rodrigues Remor** – Muito obrigada. Vamos passar alguns slides rápidos. Tivemos o convite para assumir a Fundação do Meio Ambiente há praticamente 60 (sessenta) dias. Ao assumir, encontramos, inicialmente, um quadro de funcionários efetivos na Fundação, próprios da casa, já preenchidos em concurso público. A Fundação é uma autarquia, ou seja, é uma indireta vinculada à Secretaria de Planejamento, também encontramos dentro da autarquia alguns processos de burocratização bastante implementados da cultura organizacional da Instituição. Então, houve uma operação, de conhecimento de todos, realizada pela Polícia Federal, Ministério Público Federal, no ano passado, chamada “Salmo 96”, após o “Salmo 96”, infelizmente dentro da Instituição implantou-se uma cultura do medo, ou seja, insegurança com relação aos procedimentos dentro da Fundação. E, por estarmos preocupados com estes procedimentos, colocamos equipes multidisciplinares para trabalharmos algumas alternativas para quebrar esse quadro encontrado dentro da Fundação. Outra coisa importante que eu gostaria de ressaltar é com relação à burocracia dentro dos procedimentos que a sociedade procura dentro da Fundação, principalmente a questão do licenciamento ambiental. Então, nós estamos procurando facilitar, dar agilidade para estes procedimentos dentro da Fundação, para respondermos à sociedade com mais rapidez. A Fundação tem um papel estratégico, um papel desafiador, sabemos que, após o processo fundiário ser resolvido pela sociedade, pelos produtores rurais, temos em seguida a regularização ambiental. Então, temos fatores importantes dentro desse processo, onde é preciso estar Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FEMARH e Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAIMA, trabalhando em consonância. Nos momentos iniciais, fizemos algumas adequações administrativas dentro da Fundação para solucionar problemas urgentes, como o próprio estímulo da equipe. Então, realizamos várias reuniões, inclusive, reuniões com propostas de melhoria da funcionalidade das condições de trabalho dos nossos profissionais, Analistas Ambientais. Paralelo a isso, estamos fazendo vários diagnósticos dentro da Fundação para que a gente consiga melhorar o atendimento, padronização de procedimentos, já criamos várias Comissões dentro desses trabalhos, visando esses procedimentos. Quando eu digo isso, estou me referindo ao Protocolo, a partir do momento em que o consultor protocola o documento até o tempo que esse documento tramita dentro da Fundação, estamos resolvendo alguns questionamentos com relação ao próprio papel dos consultores dentro da Fundação. Muitas vezes a Fundação é retaliada por não estar atendendo a sociedade, mas muitos processos estão parados porque há uma demanda suprimida pelo próprio consultor, o consultor deixa de atender algumas exigências documentais que foram solicitadas, então o processo fica parado. Os objetivos da Fundação: a Fundação tem por finalidade promover e executar as políticas de meio ambiente e de recursos hídricos, mediante a defesa, preservação e recuperação do meio ambiente. Esse é o papel mais importante da Fundação. A Fundação licencia, fiscaliza os empreendimentos em todos os estados, com situações que possam causar impacto ambiental nas esferas de competência estadual, porque também existem competências Federais. E também iremos falar um pouco sobre a questão da municipalização

do Meio Ambiente. Gostaria de apresentar rapidamente a estrutura da Fundação: temos a Presidência, com 4 (quatro) diretorias: Diretoria Administrativa e Financeira; Diretoria de Monitoramento e Controle Ambiental; Diretoria de Recursos Hídricos e Diretoria de Licenciamento e Gestão Ambiental. Dentro da Diretoria Administrativas temos as Divisões: Administrativa; de Contabilidade; de Orçamento e Finanças e de Recursos Humanos; Temos dentro da Diretoria de Monitoramento e Controle Ambiental, hoje ocupada pelo Dr. Marcelo Levi, as Divisões: de Fiscalização Ambiental; de Prevenção e Monitoramento Ambiental; de Planejamento e Auditoria Ambiental; de Educação Ambiental e de Unidade de Conservação. Dentro da Diretoria de Recursos Hídricos, temos as Divisões: de Outorga (da água); de Apoio à Gestão de Comitês e Bacias e de Planejamento Hídrico. E por último, a mais importante, que é a Diretoria de Licenciamento e Gestão Ambiental, por onde passam todos os processos de LP – Licença Prévia; LI – Licença de Instalação e a LO – Licença Operacional. Nessa Diretoria temos as Divisões: Licenciamento Ambiental; Controle Florestal, onde é feito o controle do SISPROF - Sistema de Controle Florestal Federal, do DOF, onde são licenciadas as madeiras para que seus caminhos possam tramitar e funcionar o setor madeireiro do Estado; de Uso do Solo e Agricultura Familiar, que é super importante para nossa agricultura familiar, onde existe um licenciamento simplificado para eles por Lei; e de Aquicultura e Recursos Pesqueiros, que é a Divisão que trata dos nossos pescadores, da autorização para a prática das pescas. A parte da proibição da pesca no período do defeso. É o Setor que autoriza, inclusive, a pesca para amadores. Dando sequência, temos a nossa estrutura de Cargos e Funções gratificadas, não somente Cargos Comissionados, mas Funções Gratificadas também; temos Presidente, Diretor, Presidente de CPL, Procurador-Chefe, Chefe de Gabinete, Assessor Especial, Secretários de Gabinete... Totalizando 141 (cento e quarenta e um), onde a maior parte é de funções gratificadas, que são de efetivos que ocupam a Fundação. Temos 190 (cento e noventa) servidores, entre esses, há os efetivos, como os concursados que são 85 (oitenta e cinco), aí entram os administrativos, Médicos-veterinários, Engenheiros: Agrônomo, Florestal; Advogados, Contador. Dentro desses 85 (oitenta e cinco) estão os concursados efetivos da Casa, e temos requisitado de outros Órgãos, mas a maioria é de Órgão Federal, ocupado por pessoas que migraram de outros Órgãos mas da esfera Federal, que hoje desempenham seus trabalhos dentro da Fundação. Temporários, temos 16 (dezesesseis), dos quais temporários, 12 (doze) são Engenheiros Florestais que fazem a parte de licenciamento porque os temporários não podem fazer a parte de fiscalização da Fundação. E temos vários estagiários com convênios com Instituições, como a Universidade, com o Instituto de Capacitação do Estado, enfim, outros Órgãos. Na parte de orçamento: o orçamento aprovado foi de R\$ 14.152.486,00 (quatorze milhões, cento e cinquenta e dois mil e quatrocentos e oitenta e seis reais), sendo que R\$ 1.535.455,00 em convênios que não foram realizados. Temos os custos do ano de 2012 (dois mil e doze), as despesas que foram desempenhadas na Fundação em 2012 (dois mil e doze), praticamente R\$ 9 mi (nove milhões) foram empenhados, desses R\$ 9 mi (nove milhões), praticamente R\$ 7 mi (sete milhões) foram somente com custeio de funcionários, durante os 13 (treze) meses, e tivemos o restante de R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais) sendo que de restos a pagar nós temos quase R\$ 1 mi (um milhão). Então esse foi o trabalho financeiro realizado dentro do Estado. Coisas relevantes foram feitas anos passado principalmente, aquisição de alguns equipamentos, visando melhorar a parte de licenciamento, que foi justamente a parte dos computadores. Somente um comparativo nosso, como gestão: em 2012, foram 377 (trezentas e setenta e sete) licenças ambientais o ano todo. Licença Prévia, Instalação, Operação, LAU, Supressão Vegetal e Declarações de Isonção de Licenciamento. No orçamento, é lógico e evidente, queremos aumentar isso e desburocratizar para que consigamos dar agilidade aos processos; Autorização de uso alternativo do solo (desmatamento), foram 244 (duzentos e quarenta e quatro) processos analisados; Fiscalizações realizadas, foram denúncias: 276 (duzentas e setenta e seis) denúncias oriundas de Órgãos Públicos e particulares, sendo 140 (cento e quarenta) do Ministério Público Estadual, 13 (treze) do Ministério Público Federal, 31 (trinta e uma) das Delegacias de Polícia e 92 (noventa e dois) de outras instituições; Infrações: 49 (quarenta e nove) processos de autos de infração, destacando-se o maior índice de infração em Desmatamento, com 13 (treze) processos; Multas: R\$ 1.578.253,00 (um milhão, quinhentos e setenta e oito mil, duzentos e cinquenta e três reais). Essas multas ainda estão sendo

avaliadas dentro da Fundação; Embargos: 26 (vinte e seis) embargos, principalmente em abertura de vicinais, construção de represa, construção de tanques, serraria, desmatamento, posto de lavagem, carvoaria, utilização de recursos naturais, supressão vegetal, entre outras. Todos sem autorização do Órgão Ambiental; Apreensões: foram 2 (duas) fiscalizações móveis fluviais: 1 (um) barco, 5 (cinco) canoas, 4 (quatro) motores rabeta, 18 (dezoito) malhadores e 62 kg (sessenta e dois quilos) de peixe; - 56 missões terrestres: 3 (três) motosserras, 5 tratores, 1 (um) caminhão, 5 (cinco) animais capturados e 1 (uma) caixa de som; Ações Administrativas: 397 (trezentas e noventa e sete) Certidões Negativas de Débitos Ambientais; Aquicultura e pesca: Emissão de 190 (cento e noventa) novas carteiras de pescador profissional; 153 (cento e cinquenta e três) revalidações de carteira de pescador profissional; 489 (quatrocentas e oitenta e nove) carteiras para pescador amador; 251 (duzentas e cinquenta e uma) revalidações de carteiras para pescador amador; 279 (duzentas e setenta e nove) novos registros de embarcações pesqueiras. Estes são trabalhos rotineiros dentro da Fundação; Monitoramento ambiental: 418 (quatrocentos e dezoito) mapas com imagens de satélites e mapas institucionais; foi feito o Calendário de queimadas controladas, definido, através das instituições parceiras (IBAMA, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil Estadual, ICMBio, FUNAI, INCRA e Prefeituras); 46 (quarenta e seis) autorizações de queimadas controladas; Resumos semanais com a previsão do tempo; Emissão de Boletins Climatológicos trimestrais; Outorga de recursos hídricos: 2.498 (duas mil, quatrocentas e noventa e oito) regularizações de uso insignificante emitidas. Quando falamos em uso insignificante, falamos da agricultura voltada para o uso familiar, sendo: Aquicultura – 849 (oitocentas e quarenta e nove); Pecuária (dessedentação animal) – 106 (cento e seis); Poço Tubular 110 (cento e dez); Poço Amazônico – 562 (quinhentos e sessenta e dois); Agricultura Familiar – 868 (oitocentos e sessenta e oito); Agricultura de Sequeiro – 3 (três); Emissões de outorga; Outorga de recursos hídricos: 158 (cento e cinquenta e oito) emissões de outorga de uso de recursos hídricos, sendo: Aquicultura – 63 (sessenta e três); Pecuária (dessedentação animal) – 38 (trinta e oito); Abastecimento público – 05 (cinco); Esgotamento sanitário – 01 (um); Indústria – 09 (nove); Irrigação – 17 (dezesete); Mineração – 03 (três); Obras hidráulicas – 01 (um); Termelétrica – 01 (um); Travessia – 01 (um); Outras finalidades – 19 (dezenove). Ano passado, todos tivemos conhecimento da “Operação Salmo 96”, durante a qual houve várias apreensões de pessoas por fraude dentro do Sistema de Controle, o SISPROF, é um sistema do próprio Ministério do Meio Ambiente, controlado pelo IBAMA – Instituto de Meio Ambiente, acompanhado pelo Ministério do Meio Ambiente em Brasília, houve várias pessoas envolvidas, 4 (quatro) servidores da Fundação envolvidos e vários processos da Fundação foram apreendidos e levados pela Polícia Federal. Quero dizer que na ação realizada ano passado, houve um entrave na parte de licenciamento dentro da Fundação, desburocratização e agilidade dos licenciamentos. Existem trabalhos que gostaríamos de realizar. Já fizemos alguns ajustes administrativos em nossa gestão, principalmente na parte de recursos humanos e licitação; atendimento do setor madeireiro que foi um setor muito prejudicado no ano passado com a Operação, já tivemos várias prioridades atendidas tanto no setor madeireiro quanto no setor pecuário para que, em função do inverno que está se aproximando, conseguirmos dar uma agilidade para que impactasse no desenvolvimento do Estado. Então a Fundação já teve vários processos atendidos e liberados; Emissão de Termo e Referência, já fazia 2 (dois) anos que estava dentro da Fundação e nós conseguimos dentro destes 60 (sessenta) dias, emitir Termo de Referência do EIA-RIMA, do Bem-Querer. O que estou querendo dizer? O Termo de Referência, onde a gente coloca todos os critérios que vão ser utilizados pela empresa que vai ser licitado para que a empresa faça primeiramente um estudo ambiental para que se consiga dizer se a construção do Bem-Querer vai atingir somente o Estado ou vai atingir outro Estado. Então, precisamos através desse estudo, primeiro dizer vai gerir a questão do meio ambiente da construção do Bem-Querer, se é o Estado ou a União. Precisamos saber se haverá impacto no Estado do Amazonas, no Rio Amazonas e em outros países também. Já estamos trabalhando o prognóstico de trabalho 2013 (dois mil e treze) parcial do que a gente já se propôs a fazer, já estamos, inclusive, nessa questão agilizando o licenciamento que é prioridade lá dentro; Nosso trabalho vai ser focado principalmente na desburocratização e estruturação, e estudar melhor a Fundação para que ela se torne mais ágil e normatizada. Hoje, dentro da Fundação, precisamos normatizar alguns

procedimentos que estão sendo atropelados. Então isso pode ser sentido quando entra um processo de Licenciamento Ambiental, alguns termos de referência que precisam ser revistos, os termos de Referência são aqueles documentos, check-list que o produtor precisa providenciar para conseguir uma Licença Ambiental. Então esses termos todos, tanto para outorga de água como para Licenciamento Ambiental, de animais, tudo é preciso rever para que consigamos enxugar e dar maior celeridade, e essas Comissões já foram criadas, já estão estudando isso, finalizar esse trabalho pra que consigamos normatizar internamente e atender a sociedade. Mas, para acompanharmos esse trabalho, nossa ideia é sistematizar o Programa para que seja possível acompanhar, desde a entrega da documentação até o final do processo. Hoje, na Fundação, os Analistas não conseguem trabalhar direito porque tem uma pressão muito grande por parte dos Consultores, que tem acesso às salas. Então estamos inclusive revendo o layout da Fundação para que essas pessoas sejam atendidas na frente da Fundação para deixar a área técnica numa condição melhor de trabalho. Acontece, muitas vezes, eles estão trabalhando e o consultor está ao lado, isso dificulta o trabalho. O técnico para o processo porque o consultor está aí. Então, precisamos tirar o contato para darmos maior agilidade aos trabalhos lá dentro. Dessa forma, conseguiremos fazer com que os consultores sejam atendidos também, porque vamos deixar uma sala exclusiva para marcar horário pra que eles possam falar com as pessoas que estão trabalhando com seus processos; Combate à burocracia e corrupção, pois sabemos que quanto mais burocracia temos dentro do Órgão, mais fácil será conseguirmos abrir a janela da corrupção; Combate à insegurança jurídica, hoje principalmente se dá porque temos uma Lei nova que é o Código Florestal que traz várias novidades principalmente para todos os Estados da Amazônia; Precisamos rever nosso Arcabouço Legal para que tenhamos condições de acompanhar o Novo Código, há também dentro desse Arcabouço Legal a aprovação, o zoneamento econômico/ecológico do Estado de Roraima, sendo aprovado. Todos estes procedimentos dentro da Fundação serão revistos, muita coisa será facilitada a partir do momento em que o zoneamento for definido, pois vai se saber quais as áreas que poderão agir, se saberá quais as unidades de conservação, o que é RESEC, o que é área indígena. Ficar, então, muito mais fácil para mapear e trabalhar dentro da Fundação, mas isso também precisa de alguns procedimentos legais dentro da Fundação. Precisamos resolver essa questão RR Sustentável com o novo Código Florestal que já está tramitando. Estamos com processo dentro da PGE – Procuradoria geral do Estado, porque existem alguns artigos que já estão contra a nova Lei Federal, isso também gera um pouco de insegurança jurídica, mas já está sendo trabalhado, inclusive com equipe da Fundação e a PGE; Recepção do Novo Arcabouço Legal e Fortalecimento Institucional, a este nos referimos principalmente com relação à Lei das Taxas, que no ano passado, houve aprovação desta Casa de Leis, mas, com o detalhamento de um artigo, não nos permite repassar essas taxas por produtividade a pessoas que trabalham dentro da Fundação, a taxa não pode ser paga pela própria Fundação, para que tenhamos condições de trabalhar e melhorar esse contexto, assim, conseguiremos melhorar a qualidade dos trabalhos dentro da Fundação; o SISLAM, muitas pessoas me perguntam por que no Mato Grosso o licenciamento é mais rápido, realmente lá é mais rápido porque os Estados do Mato Grosso, Pará e Acre adquiriram o SISLAM, são 2 (dois) sistemas que foram elaborados por uma empresa e eles trabalham muito rápido, realmente é um programa que dá maior agilidade, mas a manutenção mensal de um programa desse hoje custa R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sem contar os custos pela aquisição do programa, é preciso ver isso para que a Fundação consiga se auto sustentar dentro da alteração do SISLAM. Nosso desafio é fazer com que a Fundação tenha condições de trabalhar melhor internamente para que consigamos oferecer um serviço mais fácil e mais rápido; Padronizar procedimentos de análises de processos, hoje infelizmente temos alguns procedimentos jurídicos não instalados, temos Analistas que pegam o processo e analisam de um jeito e outro pega o mesmo processo e analisa de outro jeito, então estamos com esse desafio para padronizar; A Carta Imagem também é uma questão que já foi resolvida dentro da Fundação, tínhamos um trâmite de conferência da Carta Imagem depois veio a simplificar novamente no campo, então tiramos a vistoria do campo mas já temos a vistoria da carta imagem então a Carta Imagem facilita; Transferir atribuição da vistoria técnica, as vistorias técnicas hoje para licenciamento precisam passar por um analista nosso, chegamos à conclusão que não necessariamente não existe nenhum impedimento

legal que seja feito pela iniciativa privada, o próprio madeireiro ou pecuarista que deseja obter um licenciamento, nós poderemos transferir e fazer com que o RP do madeireiro ou seu interessado faça essa vistoria e nós vamos simplesmente fiscalizar, e isso não impede que o licenciamento tramite, fica esperando para fazer a vistoria para obter o licenciamento, tirando essa vistoria já dá uma agilidade; ABEMA já está trabalhando a reforma do licenciamento, queria dizer que o Brasil inteiro hoje tem problema com licenciamento e nós temos a ABEMA, que é a Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente, que está trabalhando uma melhoria do licenciamento, com a aquisição de novos sistemas já testados como no caso do Mato Grosso e também como suas próprias regiões para que possamos melhorar e agilizar esse processo de licenciamento no Brasil inteiro; a RR Sustentável e Código Florestal que são 2 (duas) inseguranças jurídicas hoje dentro da Fundação e a Lei das Taxas que já conversamos aqui; Ampliação e atualização das normatizações internas por meio de Resoluções, instruções normativas e portarias, sempre no foco de dar maior agilidade e legalidade para que a sociedade seja atendida, esse é o nosso foco principal; A FUNAI, IPHAN, ICMBio, Ministérios Públicos Estaduais estão querendo criar uma forma de promover o licenciamento prestado como uma forma de regulamentar a organização de licenciamento, então estamos nos adiantando pela ABEMA para que façamos mais rápido do que esses Órgãos, se deixarmos, por exemplo, nas mãos do IBAMA para criar nosso padrão de licenciamento, não conseguiremos nada; Código Florestal, a Lei nº 140 (cento e quarenta) que fala sobre a desce a descentralização dos licenciamentos ambientais para os Órgãos Municipais, então estamos trabalhando isso dentro da Fundação também mas iremos fazer isso concomitantemente com a implantação do SICAR, que é o Sistema Eletrônico de Cadastro Ambiental e Rural que precisa ser feito antes e o Plano de Regularização Ambiental, PRA, em maio, o Ministério Público do Meio Ambiente vai entregar para os Estados. Então, isso vai facilitar muito a vida do produtor, a partir do momento em que a Prefeitura apresentar um convênio com a Fundação para trabalharmos juntos: SICAR, PRA, tanto o Meio Ambiente Estadual quanto o Municipal, onde poderemos descentralizar com maior facilidade o licenciamento ambiental por meio da Lei nº 140 (cento e quarenta). Estamos trabalhando também a tipologia, o que é a tipologia? Precisamos dizer o que a Prefeitura Municipal pode licenciar, o que o Estado vai poder licenciar, precisamos dividir as competências. Feito esse trabalho, que já está sendo organizado pela Fundação, pela equipe de Comissão que será trazida para o Comitê Estadual de Meio Ambiente para aprovação, depois para implementação nas Prefeituras; outro mecanismo de celeridade é o licenciamento e monitoramento, quando fizermos este trabalho; uma das questões importantes na descentralização é a condição que as Prefeituras tem para atendimento e a logística que demanda o meio ambiente, principalmente com técnicos capacitados e o conselho municipal também, onde fazem parte várias Instituições. Isso é importante. Estamos trabalhando em parceria com a EMBRAPA-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária para que a Fundação possa dar uma oferta melhor de essência florestal necessária para o PRA - Programa de Reposição Ambiental. É um estudo que precisa ser feito com bastante urgência dentro do Estado, por necessidade mesmo, que temos aí para um impacto lá na frente; precisamos também que a ZEE seja definida com maior celeridade, e para isso, já fizemos alguns trabalhos em conjunto com SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, ICMBio, IBAMA, PGE, o próprio ITERAIMA, definindo as áreas de conservação, as áreas que serão ampliadas nesse código. Então, já temos a equipe no sul do Estado, fazendo um levantamento das condições atuais dentro daquilo que o Ministério do Meio Ambiente exige, se a área vai ser de conservação, ou vai ser RHi ZEE, então tem uma equipe do Ministério do Meio Ambiente trabalhando hoje no Baixo Rio Branco, fazendo esse estudo para que depois possamos realizar as Audiências Públicas, para finalizarmos a RHi ZEE. Há necessidade de concurso público, há também a necessidade de captação de recurso, visando melhorar a estrutura da Fundação, inclusive, achamos que atualmente a Fundação tem um espaço pequeno para atendimento à sociedade. Temos um projeto de estudo dentro da Fundação com reposição florestal, vender reposição florestal também é competência da Fundação. Então, temos como fazer isso, é uma forma de gerir recursos, captar recursos pra que a Fundação possa trabalhar independentemente e melhorar as condições de trabalho, e assim retirar muitos produtores da irregularidade. Esse projeto está tramitando com muita urgência lá na Fundação; Recolhimento das taxas ambientais, R\$ 150.000,00 (cento

e cinquenta mil reais) o ano, já tem definida por lei a arrecadação das taxas, principalmente o licenciamento LI, LO, LP; O maior desafio nosso é trazer o SISLAM para o Estado de Roraima para que possamos melhorar o trabalho para a construção de uma nova sede, equipar o Órgão, promover a meritocracia por meio da Gratificação de Produtividade Ambiental (GPA- LEI DAS TAXAS), que é fundamental para dar estímulo aos Analistas; Velocidade de conexão com a internet; Base integrada de fiscalização; Diminuição do protagonismo do Licenciamento Ambiental em detrimento do Monitoramento Ambiental. Na verdade, se a Fundação estivesse com licenciamento ambiental com o trabalho fluindo, como gostaríamos, não estaríamos mais tão preocupados com a parte de licença ambiental, mas com a parte de monitoramento que é onde queremos chegar. O maior papel do Órgão ambiental, além do licenciamento, é a parte de monitoramento ambiental, onde se dá o licenciamento e depois monitora, para saber se aquele órgão foi atendido conforme foi solicitado e autorizado pelo órgão ambiental; Retomar o Programa Itinerante da Fundação, o FEMARH Itinerante está parado para que possamos revê-lo, muitas vezes, não foi atendido. Existiam algumas reclamações principalmente na agricultura familiar. Então, nosso objetivo é revê-lo para que seja mais eficiente a parte de Educação Ambiental. E só que este ano, o Estado de Roraima, o Brasil inteiro vai discutir a questão dos resíduos sólidos. Então, temos várias conferências realizadas, temos as Conferências Municipais com a participação da sociedade onde eles vão dizer como o resíduo sólido deve ser regulamentado, deve ser gerenciado, se por iniciativa privada, se por consórcio. Então, isso tudo será discutido, depois na discussão estadual que é Conferência de Solos Estadual, vamos discutir em nível de Roraima junto às Prefeituras e à sociedade. Após iremos para a grande, a nacional, hoje o maior desafio dentro da Fundação é a gestão de resíduos sólidos: o que fazer, o que é lixo, o que não é lixo; Organizar o acesso, estamos mudando layout para que consigamos dar melhor atendimento à sociedade, principalmente aos consultores; Programa de Gestão Ambiental em Órgãos Públicos. Este é um desafio grande, existe um Órgão Federal para implantarmos dentro dos Órgãos Públicos que é o cuidado com o ambiente em que você trabalha, parte desde o papel que se usa, onde colocar o copo descartável, o cuidado com a água, enfim, isso é um desafio para todos nós, inclusive para esta Casa Parlamentar; Registrar trabalhos e produtos desenvolvidos pela Instituição, para que criemos indicadores de desempenho, trabalhar melhor também, isso é fundamental; Promover a capacitação do corpo técnico e administrativo. Este mês, acontecerá um curso sobre o Novo Código Florestal, quando virá uma equipe de fora para capacitar nossa equipe. Enfim, espero ter sido uma apresentação rápida, foi mais rápida até como gostaria. A Fundação não trabalha somente a parte de licenciamento, tem um enorme desafio no Estado de Roraima, precisamos cuidar do Meio Ambiente, precisamos fazer que o Estado se desenvolva, deixar que a sociedade acompanhe com segurança esse desenvolvimento, sem prejudicar, principalmente o meio ambiente, mas o maior desafio da Fundação é dar agilidade dentro da legalidade e atender a sociedade. Esse é o tripé da nossa gestão.

**O Senhor Presidente Deputado Soldado Sampaio** – Obrigado, Senhora Presidente Rosirayna. Desejo-lhe toda sorte. Percebemos pela explanação, que são vários os problemas enfrentados e a enfrentar, necessários até para fortalecer o desenvolvimento do nosso Estado, mas a questão ambiental é essencial. A palavra está franqueada aos demais Membros desta comissão para fazerem seus questionamentos. Passo a palavra para o Senhor membro, Deputado Jânio Xingu.

**O Senhor Vice-Presidente, Deputado, Jânio Xingu** – Gostaria de fazer 3 (três) perguntas. Senhora Presidente. Qual é a possibilidade de criar uma sala especial na FEMARH, para atender o pequeno agricultor, sempre estou indo na FEMARH encontro os madeireiros, mas os madeireiros tem uma situação financeira melhor, e eu entendo que tendo uma situação financeira melhor, resolve suas questões de forma diferente. A Senhora tem pouco tempo na FEMARH, sabemos que não é culpa da Senhora, mas, às vezes, chegamos lá e vemos o agricultor que vem, por exemplo, do Caroebe, não tem nem onde ficar em Boa Vista, Deputado Célio. O agricultor fica ali e, às vezes, sai chorando, e homem simples, e não tem uma sala especial que possa atendê-lo, orientá-lo, confortá-lo, enfim, para que esse agricultor saia com uma esperança de que vai resolver e que isso possa confortá-lo. Isso acontece muito, vejo o pequeno agricultor lá sem saber o que fazer, até por falta de conhecimento, enfim, isso é uma coisa que de extrema relevância para o setor produtivo só para os

pequenos produtores. A outra pergunta é em relação ao município de Rorainópolis, por exemplo: qual a possibilidade que nós temos de criar um centro avançado para atender o sul do Estado. Passei 2 (dois) dias lá, há pouco, e ao longo da estrada me deparei com uma obra da FEMARH no Km 500 (quilômetro quinhentos), uma obra bonita, parece-me, tem uma placa lá, uma obra antes de chegar no Km 500, salvo engano, uns 1000 (mil) metros, mais ou menos, obra está parada e até questionei o término, concretizar a obra para facilitar, por exemplo, ao cidadão que sai do sul do Estado, tem 350 Km (trezentos e cinquenta quilômetros) para chegar em Boa Vista, mais 350 Km (trezentos e cinquenta quilômetros) para voltar, são 700 Km (setecentos quilômetros) para rodar, às vezes, apenas para bater um carimbo num documento. Quando chega aqui, às vezes, chega atrasado, num feriado pois não sabia que era feriado, ou o funcionário não está ou já foi embora, enfim, cria-se um transtorno na vida da pessoa. Tenho atendido muita gente, uma pessoa me procurou para eu dar R\$ 50 (cinquenta reais) para pagar o pernoite em hotel, às vezes, a pessoa não tem condições. Essa condição de estender esse raio de atendimento, eu acho de extrema relevância para o setor produtivo, e em especial para melhorar o atendimento da própria Fundação e por fim, a questão da Lei das Taxas, eu acho que a maior deficiência do Órgão hoje é a questão econômica, questão financeira, não é? As pessoas tem mais demandas e menos recursos, até sugeri que fizéssemos uma frente para ir com o Governador, com a Senhora, para que pudéssemos contemplar com o Órgão realmente importante para o Estado, ele alavanca ou trava o Estado, todos dependem da FEMARH para fomentar sua economia rural, ou seja, o agricultor, o pecuarista, o madeireiro, o empresário do agronegócio, enfim, todo mundo depende da FEMARH, portanto eu acho que é o Órgão que tem que entrar no rol de prioridades. Nesta oportunidade, peço ao Senhor Relator, Deputado Marcelo Cabral, voltarmos, este ano, atenção para a FEMARH, sem olhar de forma diferente. Falo de uma realidade, devemos olhar para esse Órgão de forma diferente porque é um Órgão extremamente importante, e só entende que é importante, quando está precisando dele, é o pagar diária, é o carro que quebrou e não pode ir naquela hora, enfim, uma série de situações que precisam ser resolvidas. Nesse sentido, me coloco à disposição com os Deputados para me ajudar a resolver.

**A Senhora Presidente da FEMARH, Rosirayna Remor**

– A questão do pequeno produtor, também, nos preocupa, há uma coisa que chamou minha atenção assim que eu cheguei na Fundação (inaudível), já estamos trabalhando, já estamos estudando a reestruturação da Fundação, mas continuamos preocupados com esse atendimento ao agricultor, não só numa sala, mas dentro da Fundação, desde o Protocolo, deixar ser atendido. Agora também, Senhor Deputado, gostaria de esclarecer que, muito da demanda da agricultura familiar que está ocorrendo em função, vocês devem estar acompanhando, saiu na imprensa, e a Fundação onde nós poderíamos dar licenciamento ambiental da agricultura familiar, mas com a extinção desse TAC e a não efetivação e inovação dos mesmos, estamos impedidos de adentrar nos assentamentos. O assentamento é responsabilidade do Governo Federal, então, sem essa cobertura, não podemos dar o licenciamento. E o que acontece? Eles vão para lá chateados, fazem uma enorme fila e no Órgão errado, onde no caso, seria o INCRA para resolver essa situação. Mas independente disso, já estamos trabalhando juntamente com INCRA, Ministério Público, para normalizar essa situação por meio de outro TAC. O mais importante é isso, do que já estamos conscientes. É realmente um problema e nós atenderemos. E a outra questão: em Rorainópolis, como o Senhor falou sobre aquela construção, que não é da Fundação, é do IACTI – Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima, com a divisão da FEMACT, que passou a ser FEMARH, houve um desmembramento, ali é um CDT, onde vários CDTs foram criados para atender a agricultura, na parte de leite outra de piscicultura, o CDT de Rorainópolis é da fruticultura, é uma obra do IACTI, e permanece na gestão do mesmo. Considero importante com relação ao atendimento das pessoas de Rorainópolis, é fundamental amadurecer a descentralização do licenciamento ambiental nas Prefeituras. É claro e evidente, que um Órgão tem toda dificuldade com técnico, com a parte de equipamento, de estrutura. Imagine, as Prefeituras. Mas nós temos que buscar mecanismos para conseguirmos atender o nosso mecanismo interno, padronizar isso, procurar legalizar uma forma que eles tem de atender, procurarmos recursos, via SUDAM, via Fundo de Desenvolvimento do Meio Ambiente para que consigamos captar recursos para essas Prefeituras se estruturarem. Daí,

conseguiremos atender a agricultura familiar, para que a família que mora mais longe não precisar vir até Boa Vista. Achamos que o caminho é esse, já está trabalhando. Outro processo é a FEMARH Itinerante, não vai dar a resposta que precisa, mas ajuda também. É fundamental a descentralização da Lei nº 140 (cento e quarenta). Bom, em relação à deficiência financeira, o Senhor esteve conosco lá, viu a dificuldade financeira. Os Projetos de captação de vender serviço na verdade, a Fundação é uma autarquia, assim como o Detran – Departamento Estadual de Trânsito, pode se autossustentar sem depender do Governo Estadual. A nossa ideia é alcançar hoje, o que o Detran alcançou no Estado, não vamos exorbitar nas taxas, nem podemos, mas nossa ideia é captar recurso. E esse Projeto da Reposição Florestal é interessante, temos uma proposta de estudo, calculando por baixo, temos uma previsão de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) que podemos alcançar com a venda de Reposição Florestal. Então, hoje o nosso maior entrave é a questão financeira. Vou pedir ajuda dos Senhores Parlamentares, principalmente ao Deputado **Marcelo Cabral**. (inaudível)

**O Senhor Deputado Célio Wanderley** – Já que se tocou nesse assunto, como estão estes convênios, porque é necessária uma parceria entre a FEMARH e as Prefeituras do interior, no caso, eu sei que o Cantá já está fornecendo, através da Prefeitura o licenciamento...

**O Senhor Relator, Deputado Marcelo Cabral** – Mucajaí também está...

**O Senhor Deputado Célio Wanderley** – Mucajaí, Amajari...

**A Senhora Presidente da FEMARH, Rosirayna Remor** – Rorainópolis

**O Senhor Deputado Célio Wanderley** – Rorainópolis, isso é de extrema importância para que possamos...

**A Senhora Presidente da FEMARH, Rosirayna Remor** – A nossa maior dificuldade, Deputado, o próprio Brasil discute a Lei nº 140 (cento e quarenta), que tem algumas coisas vai contra até a Constituição, então ela está sendo muito discutida. O que para nós é fundamental hoje? É definir essa tipologia: o quê que compete à Prefeitura? Ela vai atender o pequeno produtor, o médio produtor. Dentro disso, o que é o médio produtor? Se essa atividade é local, se o que vai ser implementado vai atingir outro município, se vai atingir o estado, quer dizer, isso tudo precisa ser definido, hoje a gente não sabe. Então, foram feitos realmente esses convênios, serão mantidos mas o que vamos corrigir daqui pra frente é exatamente isso, até onde a Prefeitura pode ir.

**O Senhor Deputado Célio Wanderley** – Mas não pode ser um motivo de entrada para que essas (inaudível)

**A Senhora Presidente da FEMARH, Rosirayna Remor** – Não.

**O Senhor Deputado Célio Wanderley** – ... Podem não dar o licenciamento. O que me preocupa, vou te citar um exemplo: desde que tem o pedido de licenciamento para pecuária, há 10 (dez) anos na FEMARH, que nunca saiu. E, olha, que eu sou Deputado, conheço as pessoas, nunca saiu nenhum, se eu levo todos os documentos que me são solicitados numa lista, quando eu chego lá, me apresentam outra lista de documentos necessários. Quando não é o fiscal que vai lá, bate uma foto e diz que não tem condições de chegar, ele próprio se contradiz porque, talvez, ele bata a foto da casa. Então, estas questões são de fundamental importância. Outra questão que eu coloco é: quando foi feita essa Lei das Taxas aqui no Estado, eu fui uma das pessoas que mais questionei os meninos que estavam fazendo isso, sempre vinha aqui, batia e voltava, vinha aqui, batia e voltava, eu disse: vamos até fazer de uma forma simbólica, para que esses valores sejam simbólicos mas que tenhamos efetivamente. Mas, da forma que foi feito, e da forma que está hoje, inviabiliza o produtor, e a agricultura familiar está isenta do licenciamento ambiental para desmatamento. Isso não existe mais porque ninguém vai poder desmatar. Então, onde é que está a fonte de recursos para (inaudível) exatamente, na compensação da floresta e, principalmente, na área da piscicultura, que é hoje o grande ponto, inviabilizou. Se nós não revermos isso, por exemplo, eu tenho um Projeto de 50 (cinquenta) hectares, mas para concretizá-lo eu vou pagar R\$ 100.000,00 (cem mil reais), é o valor que eu pagaria para fazer minhas barragens, duplicado. Então, viabiliza exatamente essa questão, quer dizer, a pessoa quando quis comer, quis dar a dentada maior que podia, se ela coloca um valor acessível para que o produtor pequeno possa fazer, nós poderíamos chegar a uma solução no que for preciso adequar para cima, só que quando passou aqui, passou no dia 28 (vinte e oito), eu não estava mais aqui, quando teve a Extraordinária.

E passou dessa forma. Nós precisamos rever porque perde a FEMARH, perde o produtor, perde o Estado. E como a Senhora colocou, em relação à FEMARH, hoje é o ITERAIMA, eu acho isso muito mais importante que a Secretaria de Fazenda que a Secretária de Planejamento, Secretária de Saúde, de todas as outras, por quê? Porque nosso Estado precisa de uma medida: sair desse quadro com o qual vivemos durante todos esses anos. Você sabe disso mais que nós...

**O Senhor Deputado Janio Xingu** – Sei...

**O Senhor Deputado Célio Wanderley** – Vossa Excelência está reclamando que não tem gente suficiente para cuidar da nossa segurança, o cara lá da polícia está dizendo que precisa de concurso público, mas vai pagar com o quê? Nós precisamos produzir, gerar renda para pagarmos. Não adianta continuarmos... vamos trazer a indústria do calçado. Na época do Neudo, etc. Gente, eu sempre que o Brasil, o mundo inteiro saiu para agricultura de subsistência, através agricultura se desenvolveu. Todos os Estados, se você pagar a história do mundo, é assim, ou seja, com exceção de Manaus que foi só a capital que se desenvolveu, através da indústria, por causa do incentivo fiscal. Isto só é alusivo à capital. Quem vai ao interior do Amazonas sabe a dificuldade que as pessoas enfrentam. Então, precisamos pensar FEMARH e pensar ITERAIMA, de uma outra forma. As mesmas palavras, que estou dizendo pra vocês já falei para o Governador, quero dizer, se nós continuarmos pensando nesses 2 (dois) Órgãos da forma que está sendo pensado até hoje, não adianta colocar o Luiz Fernando (Migliorin), colocar o Deputado Xingu, se não dermos estrutura para ele andar, não anda. E essa questão da FEMARH, poderia funcionar até igual ao Detran, mas se não o adequarmos à nossa realidade, para que o pequeno possa fazer, para que o grande possa fazer, não adianta você pensar no grande, que vai fazer grandes desmatamentos porque isso acabou, e nesse tipo de licenciamento vocês não irão mais arrecadar recursos. Observo o rapaz que comprou minhas fazendas, ele está fazendo uma estrada, ele próprio me procurou, ele hoje poderia estar produzindo lá, mais de 20.000 (vinte mil) hectares de soja, já vai para o 2º (segundo) ano que ele comprou, mas nem a estrada ele conseguiu fazer. Ele tentou fazer mas o denunciaram. Ele já me procurou, e isso é um encargo, porque ele tem dinheiro para pagar, ele não está pedindo do Estado absolutamente nada...

**O Senhor Deputado Vice-Presidente, Janio Xingu** - Zero.

**Senhor Deputado Célio Wanderley** - Ele só quer a Licença Ambiental, é a única coisa que ele quer.

**O Senhor Relator, Deputado Marcelo Cabral** – Fazer uma estrada no lavrado.

**O Senhor Deputado Célio Wanderley** - Sim, mas precisa da licença (inaudível). Imagine, Deputado Marcelo, ele está enfrentando dificuldade para tirar a Licença Ambiental para fazer a estrada. Então, por que estou dizendo que essa questão é fundamental em relação à FEMARH nesse sentido? Nós precisamos, e eu sou o Líder do Governo, precisamos conscientizar o Governador, a nossa sociedade sobre a importância que tem a FEMARH, da importância que tem o ITERAIMA em nosso Estado. Por que tivemos esse retrocesso? Não adianta acharmos, está lá o Roraima Legal, chega lá, deixa uma notificação para levar os documentos, não vai ser assim. As considerações que apresento são essas: sugiro rever a questão das taxas para que a tenhamos a capacidade de captar recurso para a própria FEMARH, ver a questão dos funcionários, porque enquanto eles estiverem da forma que estão (inaudível) precisamos da confiança deles, do respeito deles para que possa funcionar, (inaudível)

**A Senhora Presidente Rosirayna Remor** – Deputado, a questão das taxas é fundamental que seja revista tanto para os produtores quanto para a Fundação, principalmente para os Analistas Ambientais. É em cima dessas taxas que a produtividade será feita, o pagamento de produtividade que eles tão ansiosamente estão aguardando.

**Senhor Deputado Célio Wanderley** – Mas temos que ter teto.

**A Senhora Presidente Rosirayna Remor** – Tem teto estabelecido na própria Lei

**O Senhor Deputado Célio Wanderley** – Essas formas nós já tentamos. O Deputado Marcelo (Cabral) e eu, tentamos encontrar uma solução aí chega um que não conhece a realidade, tem outro que não tem a ver com a realidade e emite uma opinião. Então estas questões são fundamentais para que a nossa FEMARH possa funcionar e os demais Órgãos que, entre aspas, dependem dela para (inaudível) isso aí.

**A Senhora Presidente Rosirayna Remor** – É isso mesmo, essa questão da estrutura da parte financeira é parte fundamental.

**O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio** – Obrigado, Deputado Célio. Temos aqui, Senhora Presidente, algumas perguntas elaboradas pelo nosso Setor Jurídico. No meu ponto de vista, Deputado Marcelo (Cabral), já estou satisfeito, a questão dos servidores, do patrimônio, questão do orçamento, tudo está englobado na exibição dos slides que a Senhora mostrou. Só tenho uma observação no sentido de buscar medidas (inaudível) para Legislação Estadual, Municipal, porque o Código Florestal, a legislação nova está muito mais de recomendação, eu acredito que o Setor Jurídico acerca dessa adequação, já me dou por satisfeito, através dos questionamentos feitos pelos colegas. Quero passar às considerações finais, em seguida passaremos para o Relatório. Para registrar: nossa Reunião estava marcada para às 15h (quinze horas) mas a pedido do Presidente desta Casa, Chico Guerra e do Relator desta Comissão, o Deputado Marcelo Cabral, antecipamos para às 10h (dez horas). Todos foram convidados e se comprometeram a se fazerem presentes. Deputado Marcelo Natanael não está presente, mas aceitou. Disse que estaria aqui às 10h (dez horas). Então, estão presentes 4 (quatro) dos 5 (cinco) Membros desta Comissão, Deputado Marcelo (Natanael) falou que viria às 10h (dez horas) mas não compareceu, pode ter tido algum problema ou compromisso.

**A Senhora Presidente Rosirayna Remor** – Eu quero agradecer esta casa pela oportunidade de poder explanar, de poder mostrar o que pretendemos fazer na Fundação. Concordo plenamente com o que os Senhores falaram principalmente com relação à agilidade do licenciamento que é uma coisa que nos preocupa, gostaria contar com o apoio de vocês, principalmente quando formos falar na revisão da Lei das Taxas, em alguns outros procedimentos que possam vir, a parte de orçamento, mas eu gostaria muito de contar com todos vocês, o esforço, o empenho para desenvolver este Estado, quando o meio ambiente é fundamental para o seu desenvolvimento. Muito obrigada. Quero agradecer mesmo de coração pela oportunidade de estar aqui.

**O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio** – Obrigado, Senhora Presidente, boa sorte.

**A Senhora Presidente Rosirayna Remor** – Obrigada.

**O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio** – Se a Senhora quiser, pode continuar presente na votação do relatório do Deputado Marcelo Cabral. Fique à vontade.

**O Senhor Relator, Deputado Marcelo Cabral** – Senhor Presidente, a capacidade, a qualificação, a preparação da Senhora Rosirayna para ocupar aquele cargo, como Relator, conheço o trabalho da Senhora Rosirayna, não só na área ambiental, mas também como Médica veterinária, conhecemos o corpo técnico daquela Fundação, os efetivos de lá estão preparados, qualificados para ajudar a construir um modelo de FEMARH que a Senhora mostrou hoje que é essencial para o Estado de Roraima. Informo que o nosso Relatório está concluído. Vou começar a ler Senhor Presidente. O Senhor Governador enviou a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima a Mensagem Governamental nº 011, de quinze de fevereiro do corrente, constando a indicação do nome da Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor**, para o Cargo de **Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídrico de Roraima** – FEMARH, com a finalidade de submetê-la à aprovação desta Casa, com base no art. 33, inciso XVIII da Constituição do Estado de Roraima. Após protocolada, foi lida no expediente da Sessão Plenária no dia dezanove de fevereiro do corrente, foi encaminhada à Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 003/13, composta pelos Senhores Deputados **Soldado Sampaio, Marcelo Natanael, Célio Wanderley, Marcelo Cabral e Janio Xingu**. No dia cinco de março do corrente, nos termos do § 2º do art. 43 do Regimento Interno deste Poder, foi instalada a Comissão da Seguinte forma: Deputado **Soldado Sampaio**, Presidente; Deputado **Janio Xingu**, Vice-Presidente e Deputado **Marcelo Cabral**, Relator. Recebido o Processo, o Senhor Presidente desta Comissão convocou a candidata indicada pelo Senhor Governador para ser sabatinada. Este Relator, antes de iniciar a arguição, constatou nos autos que a candidata indicada pelo Poder Executivo, apresentou todos os documentos exigidos para o ato, os quais indicam que a mesma reúne os atributos Constitucionais para ocupar o Cargo de Presidente da Fundação de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima – FEMARH. Consta nos autos, o *CurriculumVitaeda* Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor**: no ano de 1992, formou-se em Medicina Veterinária, cursada na Faculdade de Ciências

Agrárias do Pará. Em 1993, atuou como Responsável Técnica pelo Setor de Exames de Anemia Infecciosa Equina do Laboratório de Apoio Animal da região Norte; em 1995, Técnica da Divisão de Sanidade Animal da Secretaria de Estado de Agricultura do Pará – SAGRI; de 1997 a 2000, foi Diretora Executiva do Fundo de Desenvolvimento da pecuária do estado do Pará – FUNDEPEC-PA; em 2001, foi Diretora da Agência de Defesa Animal do Estado do Pará; no ano de 2001 até o ano de 2004, foi Diretora Geral da Agência de Defesa Agropecuária do Pará – ADEPARÁ e representante do Estado do Pará na XXIII Reunião Ordinária da Organização Internacional de Epizootia; em 2005, Diretora do Departamento de Defesa Agropecuária da SEAPA/RR; em 2006, Chefe da Divisão de Defesa Animal e de 2006 a 2007, foi Coordenadora de Núcleo da Atual - Responsabilidade Social; ainda no ano de 2007, foi: Presidente da Subcomissão de Avaliação de Desempenho da SEAPA/RR e Chefe da Divisão de Inspeção de origem Animal e Vegetal – DIPOA da SEAPA/RR; no ano de 2008, Chefe de Seção de Produção Animal; de 2008 a 2013, foi Diretora Presidente da Agência de Defesa Agropecuária – ADERR. Em 2013, Presidente Interina da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FEMARH. Pela análise do Currículo, verificou-se que é detentora de sólida formação acadêmica e vasta experiência profissional, tendo demonstrado aos membros desta Comissão, em arguição, experiência para o Cargo, conforme demonstrado acima, o que a habilita ao Cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FEMARH. Dessa forma, opinamos por sua aprovação. Feita a arguição, a **Mensagem Governamental nº 011/13**, foi transformada em Proposição Legislativa. A Relatoria constatou que o Projeto de Decreto Legislativo nº 002/13, de autoria desta Comissão Especial, que aprova o nome da Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor**, para exercer o Cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FEMARH, não contraria dispositivos constitucionais e não há vícios que possam prejudicar a sua tramitação regular nesta Comissão e posteriormente junto aos demais Membros desta Casa Legislativa, através de seu Órgão deliberativo que é o Plenário. Portanto, emitimos parecer favorável ao pleito constante da Proposição. É o Parecer. Diante do exposto, por ser constitucional, legal e regimental, esta Relatoria é favorável à aprovação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 002/13**, e recomenda aos nobres pares desta Comissão a adoção do Parecer desta Relatoria.

**O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio** – Como vota o Senhor Deputado Célio?

**O Senhor Deputado Célio Wanderley** – Favorável.

**O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio** – Como vota o Senhor Relator, Marcelo Cabral?

**O Senhor Relator, Deputado Marcelo Cabral** – Favorável.

**O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio** – Como vota o Senhor Vice-Presidente, Janio Xingu?

**O Senhor Deputado Vice-Presidente, Janio Xingu** – Favorável.

**O Senhor Presidente, Deputado Soldado Sampaio** – Por 3 (três) votos está aprovado o Relatório. Obrigado Senhora Presidente. Sucesso! E não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

**Soldado Sampaio**  
Presidente da Comissão

**REUNIÃO EM CONJUNTO DAS COMISSÕES DE: ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS E ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE.**

**REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2013**

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e treze, às dez horas e vinte minutos, no Plenário Deputada Noêmia Basto Amazonas deste Poder, sito à Praça do Centro Cívico, nº 202, reuniram-se extraordinariamente, as Comissões de Administração, Segurança e Serviços Públicos e Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle, conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Célio Wanderley, Presidente da Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou a Secretária desta Comissão proceder à verificação de quorum, constatada a presença de 07 Deputados, portanto, número regimental suficiente para abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Após a leitura, não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, sendo submetida à votação e aprovada pelos Senhores Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à Reunião, o Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos **Projeto Lei nº 007/13**, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, que, “Dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos Vencimentos e Proventos dos Servidores Públicos do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá outras Providências”. O Senhor Presidente no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Jean Frank, para relatar a Matéria. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o seu parecer. Após o tempo estipulado, reaberto os trabalhos, o Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos a Proposição com Parecer, o qual incluiu-a na ordem do dia da Comissão e em seguida solicitou ao Senhor Relator a leitura do parecer. Feita a leitura, o Senhor Presidente submeteu a discussão, não havendo discussão colocou-o em votação, sendo aprovado pelos Senhores Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, declarou encerrada a reunião às dez horas e seis minutos. E, para constar, eu, Edelvânia Silva de Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Célio Wanderley**  
Presidente da Comissão  
Aprovada em: 08/05/2013



ASSEMBLEIA  
**Cidadã**

LEVANDO CIDADANIA A QUEM PRECISA

APROXIMANDO O PODER  
LEGISLATIVO DA POPULAÇÃO.